



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 017

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 017**

### **16ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 07

Projetos de Lei ..... 09

#### **Grande Expediente:**

**Homenagem aos 47 anos da instalação da  
Superintendência Regional da Polícia**

**Federal no Estado do Paraná**

#### **Proponente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 13

**Realização da Homenagem..... 14**

#### **Orador:**

Sr. Maurício Valeixo ..... 15

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 16

Dep. Augustinho Zucchi ..... 19

Dep. Chico Noroeste..... 20

Dep. Fernando Scanavaca..... 21

Dep. Professor Lemos..... 22

Dep. Péricles de Mello .....23

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 17

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi ..... 19

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Chico Noroeste..... 20

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 24

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira..... 25

Liderança da Oposição

Dep. Douglas Fabrício ..... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 27

Discussão/Votação

1ª Discussão (PEC) ..... 28

Redação Final ..... 34

1ª Discussão ..... 34

Requerimentos ..... 42

#### **Explicações Pessoais:**

Dep. Valdir Rossoni..... 47

**Encerramento da Sessão ..... 48**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Indicações Legislativas ..... 48

### **DIÁRIO Nº 017**

### **16ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE MARÇO DE 2009**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Chico Noroeste.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico

Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pércles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Elio Rusch, Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Nereu Moura e Pedro Ivo (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob nº 117/09 do Sr. Orlando Pessuti - Vice-Governador do Estado, comunicando que no período de 14 a 22 do mês em curso, estará ausente do País, tendo em vista a reunião da FIFA a ser realizada em Zurich (Suíça), e no intento de viabilizar a indicação do Estado do Paraná e sua Capital, como uma das sedes dos jogos da Copa do Mundo/2014, e ainda a participação em reunião técnicas em Lisboa (Biocombustível), e em Milão, com empresários interessados em participar no processo de desenvolvimento econômico. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, 11/03/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente na Sessão Plenária de 12 de março, devido ao fato de ter assumido anteriormente compromisso com lideranças partidárias no interior do Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 199/09

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Boa Ventura de São Roque.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Boa Ventura de São Roque.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO Nº 200/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Bom Sucesso uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Bom Sucesso, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

INDICAÇÃO Nº 201/09

SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Barracão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Barracão.

2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo

assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 202/09

##### SÚMULA:

Solicito que seja viabilizado ônibus escolar para o Município de Antonio Olinto.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado Roberto Requião:

O Deputado Ribas Carli Filho dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1. Que seja viabilizado um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Antonio Olinto.
2. A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 203/09

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Clevelândia uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Clevelândia, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 204/09

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Balsa Nova uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima

citadas à destinação ao Município de Balsa Nova, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 205/09

##### SÚMULA:

Indicar o Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Amperé uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Amperé, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Amperé.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 206/09

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Francisco Beltrão uma (01) unidade de Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Francisco Beltrão, de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária do Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Francisco Beltrão.

Francisco Beltrão possui uma população de, aproximadamente, 72 mil e 409 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 207/09

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Dois Vizinhos uma (01) unidade de Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Dois Vizinhos, de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária do Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Dois Vizinhos.

Dois Vizinhos possui uma população de, aproximadamente, 34 mil e 1 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 208/09

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Cambira uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Cambira, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Cambira.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 209/09

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martins, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Coronel Domingos Soares uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Coronel Domingos Soares, de uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Governador do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da Saúde da Mulher e da Criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no Município de Coronel Domingos Soares.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 210/09

##### SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, que seja destinado ao Município de Cambé uma (01) unidade de Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à destinação ao Município de Cambé, de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de Bibliotecas nos Municípios deste Estado, indicamos para a Secretária do Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no Município de Cambé.

Cambé possui uma população de, aproximadamente, 92 mil e 888 habitantes segundo o IBGE, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

#### INDICAÇÃO Nº 211/09

##### SÚMULA:

Sugere a construção de 01 (uma) Capela Mortuária na sede do Município de Pérola do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 01 (uma) Capela Mortuária na sede do Município de Pérola do Oeste.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população, que não dispõem de local adequado para velar seus entes queridos, que dependem de locais públicos tais como a Câmara Municipal e demais estabelecimentos que não são apropriados para tal finalidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

#### INDICAÇÃO Nº 212/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de uma kombi ao Município de Mandaguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de uma kombi ao Município de Mandaguaçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, tendo em vista que o Município de Mandaguaçu não possui uma kombi escolar para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 213/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de um ônibus escolar ao Município de Quinta do Sol.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um ônibus escolar ao Município de Quinta do Sol.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Quinta do Sol, tendo em vista que o Município de Quinta do Sol não possui um ônibus escolar para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 214/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de uma viatura ao Município de Mandaguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de uma viatura ao Município de Mandaguaçu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, tendo em vista que o Município de Mandaguaçu não possui uma viatura para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 215/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de um ônibus escolar ao Município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um ônibus escolar ao Município de Jussara.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, tendo em vista que o Município de Jussara não possui um ônibus escolar para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 216/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de uma ambulância ao Município de Peabiru.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de uma ambulância ao Município de Peabiru.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Peabiru, tendo em vista que o Município de Peabiru não possui uma ambulância para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 217/09

##### SÚMULA:

Sugere a doação de um ônibus escolar ao Município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa, para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um ônibus escolar ao Município de Paiçandu.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, tendo em vista que o Município de Paiçandu não possui um ônibus escolar para atender as necessidades da comunidade.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

#### INDICAÇÃO Nº 218/09

##### SÚMULA:

Indica ao Sr. Nelson Garcia, Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado recursos ao Município de Mandaguaçu, para a construção de um salão comunitário no Conjunto Residencial Aldo Aquaroni.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas à designação de recursos ao Município de Mandaguaçu para a construção de um salão comunitário no Conjunto Residencial Aldo Aquaroni.

Mandaguaçu pretende o atendimento à esse conjunto residencial, pois o mesmo não possui um local adequado para a realização de reuniões e de seus eventos sociais.

Apelamos para que a Secretaria do Emprego, Trabalho e Promoção Social possa destinar recursos do seu orçamento para o atendimento dessa reivindicação tão importante da comunidade do Conjunto Residencial Aldo Aquaroni de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 219/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Criança e da Juventude a construção de um Centro da Juventude em Paranavaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Criança e da Juventude:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Criança e da Juventude a construção de um Centro da Juventude em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Na Região Noroeste do Paraná o Município de Paranavaí é referência nas áreas da Educação e da econo-

mia. Esses dois fatores transformaram essa cidade em pólo natural de atração de trabalhadores de baixa renda, que se mudam para esse Município na esperança de encontrar melhores oportunidades para si e para seus familiares.

Por essa razão, em Paranavaí tem crescido significativamente o número de crianças e jovens que carecem de locais onde possam encontrar lazer, cultura e áreas para a prática esportiva. A implantação de um centro da infância e da juventude constituirá, pois, medida de justiça social que possibilitará a milhares de jovens de famílias pobres terem acesso a esporte, lazer e cultura.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos Municípios, dirigimo-nos a V. Exas, solicitando o auxílio indispensável.

#### INDICAÇÃO Nº 220/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Presidente da COHAPAR a construção de casas populares em Mandaguaçu.

Senhor Governador, Senhor Presidente da COHAPAR:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da COHAPAR a construção de casas populares no Município de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Mandaguaçu desenvolveu-se significativamente nos últimos anos, sob todos os pontos de vista - econômico, social, cultural etc. Consequência natural disso foi o aumento populacional, sobretudo nas camadas mais carentes.

Daí a necessidade premente da construção de casas populares, de modo a proporcionar a essas famílias de baixa renda a possibilidade de terem um lar digno.

Certos de poder contar com o apoio sempre presente do Governo do Estado do Paraná e da COHAPAR, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no Município de Mandaguaçu casas populares.

## **Requerimentos**

#### REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembleia Legislativa, que seja adiada a votação do Projeto de Lei nº 505/08, de nossa autoria, por

duas Sessões, anexando a cópia de matéria publicada no jornal Folha de São Paulo do dia 08/03/09.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de nossa autoria merece a discussão aprofundada e a anexação da matéria ora anexada por subsidiar a sustentação da importância deste assunto.

#### REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Jose Hass de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luis Teixeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Semaan Nicolas Sfeir, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dejanira Terezinha de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Nadal, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Amauri da Luz Gonçalves da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zulina Correa Andrade, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Miriam Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao Município de Guaraqueçaba pelos seus 464 anos de emancipação político-administrativa, na pessoa do seu Prefeito, Sr. Riad Said Sahoui, e que seja encaminhada cópia deste ao mesmo.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A população de Guaraqueçaba está de parabéns pelo aniversário de seu Município, que neste mês comemora 464 anos de emancipação político-administrativa, e que por intermédio do trabalho incansável do seu Prefeito Riad Said Sahoui, com o apoio da Câmara Municipal, através de seus Vereadores, têm recebido benefícios que vêm proporcionando uma melhor qualidade de vida aos guaraqueçabanos.

A preservação de seu meio ambiente e as características físicas da região a tornou como privilegiada na manutenção de suas reservas florestais e de seus ecossistemas, quase intactos, criando atrativos turísticos apreciados pelos adeptos do turismo ecológico.

Pela relevante importância deste Município aos paranaenses, manifestamos neste momento os nossos cumprimentos e a nossa homenagem à toda aquela socie-



dade e ao Município, representado pelo seu Prefeito Raid Said Sahoui.

#### REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Juiz de Direito e Mestre pela UFPR, Luiz Fernando Tomasi Keppen.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo pelo lançamento do livro Introdução à Resolução Alternativa de Conflitos, pela maneira competente, eficiente e cortês, atuando sempre de forma ímpar, com total dedicação provendo benefícios e justiça para a comunidade.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 083/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, a ser realizado na terceira semana de outubro.

Art. 2º As despesas decorrentes correrão por conta de dotações próprias, suplementares se necessário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo incentivar a conscientização da doação Medicina Preventiva.

A Medicina Preventiva é a parte da Medicina que se encarrega de propor medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças. Para tanto, leva em conta “como” e “porque” as doenças e sofrimentos ocorrem nas populações em determinado local e época, utilizando diversas ciências: Medicina, Demografia, Ciências Sociais, Humanas, Matemática e Estatística e Epidemiologia.

Durante muitos anos, a Medicina Preventiva foi considerada uma área que cuidava apenas da prevenção de doenças, quase como um sinônimo de vacinação. Hoje esse conceito vai muito mais além, pois engloba um crescente interesse pela melhoria da qualidade e vida das pessoas. É como o próprio ditado diz: “prevenir é melhor do que remediar”.

As práticas preventivas têm evoluído com o passar do tempo, representando hoje um grande avanço na Medicina, por sua eficiência e objetividade crescentes. A

educação visando à prevenção é a melhor forma de alcançar e manter uma vida saudável.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

#### PROJETO DE LEI Nº 084/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Colégio Estadual Padre Pedro Canísio Henz - Ensino Fundamental e Médio o Colégio Estadual Jardim Nova Itália, localizado no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A comunidade escolar do Colégio Estadual Jardim Nova Itália, situado no bairro Jardim Veneza, entre os bairros Jardim Presidente, Jardim Nova Itália e Cascavel Velho, no Município de Cascavel, Oeste paranaense, reivindica à direção daquele estabelecimento de ensino a mudança do nome da escola, propondo uma denominação que tenha maior identidade com todas as comunidades de entorno.

O nome proposto é o do Padre Pedro Canísio Henz, líder religioso e comunitário que trabalhou em prol daquelas comunidades no período de 1988 até 2001, ano de sua morte. Conhecido como o Padre construtor, o Padre Canísio tornou-se figura de destaque na região devido a suas ações que resultaram na construção de igrejas e salões paroquiais, bem como de seu amplo diálogo com outras lideranças das demais tradições religiosas.

#### PROJETO DE LEI Nº 085/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A alimentação escolar, direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, será implementada com vistas ao atendimento às diretrizes estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único. Entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas públicas de educação básica no Estado do Paraná:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros,

que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

III - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelo Estado e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

IV - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares, priorizando a produção agroecológica;

V - o direito à alimentação escolar, visando garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social;

VI - o estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

VII - o estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;

VIII - a restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras;

IX - monitoramento da situação nutricional dos escolares;

X - estimular que os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, instituições e entidades de ensino e pesquisa possam prestar apoio técnico e operacional ao Estado e Municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de Saúde e de Educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados.

Art. 3º O Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAEE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos da rede pública de educação básica do Estado do Paraná, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 4º O Governo do Estado do Paraná poderá transferir aos Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas suas respectivas áreas de jurisdição, e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município, por parte do MEC/FNDE, da correspondente parcela de recursos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 5º É facultado ao Estado repassar recursos financeiros do Programa Estadual de Alimentação Escolar às unidades executoras das escolas de execução básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta lei, no que couber.

Art. 6º A responsabilidade técnica pela alimentação escolar do Estado e nos Municípios caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Art. 7º Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

Art. 8º Do total dos recursos financeiros utilizados ou repassados aos Municípios, no âmbito do PEAEE, no mínimo 30% deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária e a produção agroecológica, executando-se o disposto no parágrafo 2º deste artigo.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º A observância do percentual previsto no *caput* poderá ser dispensada quando presentes uma das seguintes circunstâncias:

I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;

III - dificuldades logísticas que inviabilizem o fornecimento de gêneros alimentícios; e

#### IV - condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 9º O Estado e os Municípios instituirão no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, composto da seguinte forma:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - dois representantes das entidades de docentes, discentes e de trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais, Mestres e Funcionários ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo;

§ 2º Casa membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado;

§ 3º Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

#### Art. 10. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do artigo 2º desta lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos; e

IV - receber o relatório anual de gestão do PEAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo Único. OS CAE poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estadual e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 11. Esta lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creche e pré-escola) e do ensino fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

No âmbito do estado do Paraná o programa é executado através do PEAE - Programa Estadual de Alimentação Escolar, o qual tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, Estados e Municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Atualmente, o valor repassado pela União, por dia letivo, é de R\$ 0,22 por aluno de creches públicas e filantrópicas e de R\$ 0,22 por estudante do ensino fundamental e da pré-escola. Para os alunos das escolas indígenas e localizadas em comunidades quilombolas, o valor *per capita* é de R\$ 0,44. Os recursos destinam-se à compra de alimentos pelas Secretarias de Educação dos Estados e pelos Municípios.

O repasse é feito diretamente ao estado e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

Baseado na necessidade de disciplinarmos este programa, na perspectiva de consolidá-lo como uma política pública de Estado de considerando:

\* a dupla carga de doenças a que estão submetidos os países onde a desigualdade social continuar a gerar entre crianças e adultos, agravando assim o quadro de prevalência de doenças infecciosas;

\* a mudança no perfil epidemiológico da população brasileira com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no excesso de peso e obesidade, assumindo proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes;

\* que as doenças crônicas não transmissíveis são passíveis de serem prevenidas, a partir de mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física;

\* que no padrão alimentar do brasileiro encontra-se a predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal e reduzida em carboidratos complexos e fibras;

\* as recomendações da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à necessidade de fomentar mudanças sócios-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual;

\* que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e que entre suas diretrizes destacam-se a promoção da alimentação saudável, no contexto de modos de vida saudáveis e o monitoramento da situação alimentar nutricional da população brasileira;

\* os objetivos e dimensões do Programa Nacional de Alimentação Escolar ao priorizar o respeito aos hábitos alimentares e à vocação agrícola do Município, por meio do fomento ao desenvolvimento da economia local;

\* que a alimentação não se reduz à questão puramente nutricional, mas é um ato social, inserido em um contexto cultural;

O presente projeto de lei visa instituir as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio da rede pública no Estado do Paraná, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Pretende também contribuir para o reconhecimento de que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso de vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócios-culturais dos alimentos.

Por fim, a obrigatoriedade de que uma significativa parcela dos recursos da merenda escolar seja utilizada na aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar, preferentemente da produção agroecológica, corrobora com os princípios acima elencados, bem como estabelece significado social de grande abrangência, pois preconiza o fortalecimento da agricultura familiar em todo o Estado, garantindo a oportunidade de mercado aos pequenos produtores através da inserção de seus produtos no cardápio de nossas crianças e jovens.

#### PROJETO DE LEI Nº 086/09

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 71 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipais, aos estudantes que estejam, matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em Municípios diversos de seus domicílios, exclusivamente, no Estado do Paraná.

§ 1º São beneficiários da redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das passagens, os estudantes regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino público ou particular, de ensino superior, técnico e profissionalizante, sendo os estabelecimentos de ensino situados em Municípios que não seja o mesmo do domicílio do aluno.

§ 2º Para ter direito ao benefício de que trata a presente lei, comprovada sua matrícula, o estudante deverá apresentar a carteira emitida anualmente e renovável semestralmente, pela instituição de ensino e/ou entidade estudantil que o representa.

§ 3º Nos casos em que a cidade não possua entidade estudantil, a carteira poderá ser emitida pelo órgão responsável pela educação no Município.

§ 4º Ao deixar a instituição de ensino ou concluir o curso que lhe proporcionou o benefício, o estudante perde automaticamente o direito ao abatimento oriundo desta lei.

Art. 2º O abatimento de que trata o artigo 1º desta lei é assegurado apenas nas linhas intermunicipais entre os Municípios do Estado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei como objetivo estender ao conjunto dos estudantes do Paraná, uma conquista histórica que a juventude brasileira já vem alcançando em muitos outros estados do País, a exemplo do Estado do Ceará: o direito à meia passagem nos transportes intermunicipais.

O projeto de lei traz para o Estado a idéia de uma nova concepção de investimento que prioriza todos os níveis de ensino, mas atinge, principalmente, a qualificação dos estudantes que cursam as universidades regionais e que, sem o incentivo do meio passe intermunicipal, acabariam por evadir-se considerando os gastos existentes não só com deslocamento, mas com livros, material escolar e, dependendo do curso, com equipamentos tão caros quanto indispensáveis.

O desafio maior para o estudante não é passar no vestibular. É manter-se, durante o curso. A grande parte são trabalhadores que se deslocam durante a noite, que utilizam mais de um ônibus para chegar a sua instituição de ensino. Estes estudantes trabalham e estudam com o objetivo de uma melhor qualificação, em busca de crescimento pessoal e durante a sua formação, não terão uma média salarial suficiente para manterem o curso e a si mesmo, muito pelo contrário.

É claro que a situação é complexa e não há receita para saná-la, mas as experiências de vários Municípios brasileiros bem como de alguns estados têm demonstrado

o mérito presente proposta na garantia de permanência na universidade.

**PROJETO DE LEI Nº 087/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada que liga a comunidade de Vila Esmeralda, no Município de Matelândia, passando pela localidade de São Roque, no mesmo Município, à sede do município de Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/03/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de uma estrada que liga importantes comunidades do Município de Matelândia, cuja principal atividade econômica explorada é a criação de aves, com o funcionamento de uma elevado número de aviários, sendo imprescindível proporcionar aos avicultores uma via de tráfego em condições satisfatórias para o transporte da produção local. Sob a responsabilidade do Estado, com a execução de obras de melhoria, recuperação e manutenção da estrada, haverá um maior desenvolvimento econômico e social, beneficiando sobre maneira aquela sociedade.

***Grande Expediente:***

***Homenagem aos 47 anos da Instalação da Polícia Federal no Paraná***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Atendendo requerimento do Deputado Ney Leprevost, a Assembleia Legislativa hoje sente-se honrada e ocupa o Grande Expediente para homenagem pelos 47 anos da instalação da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Paraná.

***Proponente***

Convido o Dr. Maurício Valeixo, Superintendente da Polícia Federal do Paraná, para que, por gentileza, venha compor a Mesa, ao tempo em que concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost, autor da homenagem, para que ocupe a tribuna.

***Deputado Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nobre Deputado Estadual Nelson Justus, Srs. Secretários Chico Noroeste e Jonas Guimarães, Sras.

Deputadas, Srs. Deputados, membros da imprensa aqui presentes, Vereadores do interior do Paraná, funcionários desta Casa Legislativa, Sr. Superintendente da Polícia Federal do Paraná, Dr. Maurício Valeixo, senhoras e senhores que acompanham as Sessões da Assembléia Legislativa do Paraná, através da TV SINAL, em todo o nosso Estado.

No clássico filme dirigido pelo brilhante Francis Ford Coppola, que foi vencedor de diversos Oscars, Don Vito Corleone, que era “O Poderoso Chefão”, no conselho que dá ao seu filho Michael, então interpretado por um jovem ator, Al Pacino, em início de carreira, diz Marlon Brando, interpretando Don Corleone, ao seu filho: “Meu filho, vá formar-se em Direito, porque um homem com um diploma superior é capaz de roubar mais do que 100 bandidos armados encapuzados”.

Não se assustem, senhoras e senhores! Nada contra aqueles que se formam, muito pelo contrário, porque em Direito formaram-se meu pai, meu avô e também cursei parcialmente a faculdades de Direito. Mas, começo lembrando o filme de Coppola, inspirado no livro “O Poderoso Chefão”, do famoso escritor Mário Puzzo, para mais uma vez reafirmar, Sr. Presidente, as palavras que já disse em outras ocasiões aqui na Assembleia Legislativa do Paraná: um administrador público corrupto, com a sua caneta Mont Blanc, rouba mais do que 100 bandidos armados, e encapuzados ao superfaturar o preço de uma escola pública, de um hospital, o preço de uma obra de uma estrada dentro de um Município.

O Brasil precisa ser passado a limpo. A corrupção tem que ser e deve ser combatida em todas as frentes. Por isso, a cada dia que passa cresce a nossa admiração, o nosso respeito e a nossa vontade de colaborar, de todas as formas possíveis, com a atuação da Polícia Federal brasileira, que vem fazendo o trabalho de varrer este País de Norte a Sul, do Oiapoque ao Chuí, muitas vezes enfrentando riscos de vida, muitas vezes enfrentando poderosos, enfrentando interesses econômicos inimagináveis. É a Polícia Federal, que trabalha com seriedade, não a Polícia Federal de Protógenes, mas a Polícia Federal de Valeixos, de Rosalvos, de Carbonares, de Sílvios e outros tantos homens que estão aqui e que serão homenageados na tarde de hoje por esta Casa Legislativa, através de requerimento aprovado unanimemente.

Vejo aqui o agente federal Arthur, que hoje é Secretário Antidrogas do Município de Colombo. O Arthur conhece, como ninguém, da implantação da Polícia Federal no Estado do Paraná. Ele me relatou alguns fatos curiosos. Há 47 anos a Polícia Federal instalou-se no Estado do Paraná. No entanto, pela primeira vez, um paranaense nascido em nosso Estado - e está é uma feliz coincidência, porque a Polícia Federal não faz política - pela primeira vez um paranaense ocupa a superintendência da Polícia Federal no Paraná.

Isso é motivo de orgulho, Sr. Presidente, não apenas para todos nós que somos Parlamentares representando a população de todo este Estado, mas de grande orgulho para

mim, que tive a felicidade de privar, desde a juventude, da amizade deste delegado competente, trabalhador e dedicado que é o Maurício Valeixo.

Acompanhei os primeiros passos do Dr. Valeixo dentro dessa instituição. Sei que ele aprendeu com seu pai, o Desembargador Otávio Valeixo, um dos homens mais ilustres que passaram pelo Poder Judiciário do Paraná, que honestidade não é uma qualidade de homem público. Honestidade é uma obrigação de todos os homens e mulheres, seja qual for a profissão que exercem, em nome da luta por uma sociedade mais justa, mais limpa, onde o dinheiro da merenda das nossas crianças não seja desviado; onde o tráfico de drogas não controle bairros de favelas inteiras; onde as fronteiras sejam mais protegidas. É isso que a Polícia Federal vem trabalhando.

Infelizmente não temos aqui hoje como prestar a nossa homenagem a cada um dos policiais federais que mereceriam estar recebendo um diploma da Assembleia Legislativa, mas entregaremos à Instituição Polícia Federal o prêmio máximo, através das mãos do Deputado Nelson Justus, que é o Pinhão de Ouro. E o voto de louvor ao Delegado Maurício Leito Valeixo, Superintendente Regional da Polícia Federal do Paraná; ao Delegado Rosalvo Ferrera Franco, meu estimado amigo, Delegado Regional Executivo; ao Delegado Beno Loewntein, Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado; ao meu amigo Delegado Alcyon Carbonare, Corregedor Geral da Polícia Federal no Paraná; ao Chefe do Setor Técnico-Científico, Silvino Júnior, e ao homenageá-lo quero render aqui a nossa homenagem póstuma aos técnicos da Polícia Federal que faleceram recentemente no exercício do seu dever e da sua profissão. Também estaremos homenageando os agentes da Polícia Federal e funcionários estaremos homenageando os agentes da Polícia Federal e funcionários através do Presidente do Sindicato dos Policiais Federais, Silvio Renato Fernandes Jardim, através do Gilberto Tavares Sobrinho, que é o Presidente da Associação dos Servidores da Polícia Federal;

**(Lê):**

“Severino Ernesto de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no Paraná; Divaldo Pacheco de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia Federal no Paraná; Carmen Kappout, Presidente Regional do Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal; João José de Castro Baptista Vallim, Diretor Regional da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais; Domingos Gomes Alvarez, Diretor Regional da Associação Brasileira dos Papiloscopistas Policiais Federais.”

Antes de concluir, Sr. Presidente, quero registrar aqui o meu agradecimento especial à duas pessoas que vêm dos quadros da Polícia Federal, e que hoje, aposentados, trabalham em nosso gabinete aqui na Assembleia Legislativa, e muito têm me ajudado nas minhas tarefas parlamentares, legislativas e comunitárias, o Gabriel Colatusso, ex-Presidente da Associação dos Policiais Federais, nosso grande companheiro e competente assessor; e o Delegado

Ademir Gonçalves, que prestou serviços na Polícia Federal até dois anos atrás e que recentemente também ingressou na equipe do nosso gabinete, e muito tem nos ajudado na elaboração de projetos de lei.

Espero poder buscar no futuro outros quadros da Polícia Federal para fazerem parte da nossa equipe, porque percebo que o caráter daqueles que fazem parte dessa instituição, com raríssimas exceções, é um caráter extremamente bem moldado, retilíneo, disciplinado, sério e honesto.

Portanto, só tenho a agradecer à Polícia Federal pela formação dos seus quadros neste País e agradecer pela luta que vem desenvolvendo contra o crime organizado, contra a lavagem de dinheiro, contra a corrupção, contra o tráfico internacional de drogas; e acreditando sempre que esse relacionamento institucional, Dr. Maurício Valeixo, entre a Assembleia Legislativa, através do seu Presidente Nelson Justus, das suas Deputadas e seus Deputados, é um relacionamento que poderá trazer bons frutos para essa instituição, porque, afinal de contas, todos temos um objetivo em comum que é a construção de um Brasil melhor, mais justo, com mais qualidade de vida, onde a impunidade não seja motivo de descrença, para que as novas gerações construam um futuro melhor.

Parabéns à Polícia Federal do Paraná pelos seus 47 anos de instalação da superintendência neste Estado! Parabéns, em nome de todos os funcionários, policiais, técnicos, ao Delegado Maurício Valeixo, a quem desejo boa sorte e grande sucesso nessa sua gestão.

Obrigado, Presidente Nelson Justus.

## ***Realização da Homenagem***

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Convido o Sr. Deputado Ney Leprevost para que proceda à entrega da menção honrosa da escultura Pinhão de Ouro ao Superintendente Maurício Valeixo.

**(Procede-se à entrega da menção honrosa)**

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, para que proceda à leitura dos termos da menção honrosa a ser conferido ao Departamento da Polícia Federal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Jonas Guimarães)**  
**(Lê termos da menção)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, para que proceda à chamada nominal dos demais homenageados da Polícia Federal que receberem a sua menção honrosa.

Deputado Antonio Belinati, por gentileza, nos ajude na entrega, juntamente com o Deputado Ney Leprevost.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)  
(Lê):

“Maurício Leite Valeixo, Rosalvo Ferreira Franco, Beno Loewntein, Alcyon Dalle Carbonare, Silvino Schlickmann Júnior, Silvio Renato Fernandes Jardim, Gilberto Tavares Sobrinho, Severino Ernesto de Souza, Divaldo Pacheco de Oliveira, Carmen Kappout, João José de Castro Baptista Vallim. Domingos Gomes Alvarez.”

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, aproveitando esta homenagem do colega Ney Leprevost e homenagem desta Casa, com a permissão do Dr. Maurício Valeixo e dos membros da Polícia Federal, peço permissão ao ilustre Presidente para acrescentar nesta homenagem, *in memorian*, até para ficar constando aqui na ata.

Em Londrina, na década de 60, começo da década de 70, teve um Superintendente da Polícia Federal que era um cidadão baixinho, negro, naquele período de repressão, que era de uma simplicidade, era tão simplória a vida dele que, acho, todo mundo apostaria em infinitas profissões que ele poderia exercer, mesmo a de delegado da Polícia Federal, em Londrina. Tem até uma passagem curiosa desse saudoso delegado: tinha um Prefeito em Santo Antônio da Platina que estava muito mal, ia ter uma festa na cidade e pediram para convidar, porque iria o Governador do Estado, o Dr. Waldomiro, delegado da Polícia Federal. Só que houve um atrapalho do cerimonial do Prefeito de Santo Antônio da Platina. Quando chegou a hora do almoço, chamaram as autoridades para um salão para almoçarem, e quando o Dr. Waldomiro, simplório, baixinho, também sentou no meio das autoridades, veio um ajudante do Prefeito e disse: “Cidadão, aqui é só para as autoridades; para os motoristas é no outro salão”. Ao invés de ele ficar bronqueado, ele simplesmente foi numa boa para o outro salão. Uma figura extraordinária o Sr. Waldomiro, já falecido, que eu aproveito, com a permissão do Sr. Maurício, para deixar registrada aqui a gratidão pelo grande trabalho que ele realizou.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)  
Devidamente registrado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar a presença, foi uma falha, eu não tinha visto durante o meu pronunciamento, do ex-Superintendente da Polícia Federal no Paraná, o Dr. Reginaldo, que nos honra aqui com a sua presença, e também registrar a presença do Delegado Ruben, da Secretaria Municipal Antidrogas do Município de Curitiba.

Muito obrigado.

**Orador**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um prazer rever o Sr. Reginaldo aqui nesta Casa.

Concedo, neste instante, a palavra ao Dr. Maurício Valeixo.

**Sr. Maurício Valeixo**

O SR. MAURÍCIO VALEIXO  
(Lê):

“Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Deputado Estadual Nelson Justus, em nome de quem cumprimento todos os Srs. Deputados da Mesa Executiva; Srs. Deputados; Srs. servidores da Polícia Federal, da ativa e aposentados; representantes de classe da PF; demais autoridades presentes; funcionários da Assembleia Legislativa; convidados; senhores e senhoras.

É com muito orgulho e satisfação que recebo, em nome do Departamento de Polícia Federal, esta homenagem, de iniciativa do ilustre Deputado Estadual Ney Leprevost.

A Polícia Federal, com uma Polícia republicana, desenvolve o seu trabalho, as suas atribuições, pautando-se sempre pela Constituição Federal, em respeito aos direitos e garantias individuais, ao ordenamento jurídico posto.

Como Polícia Judiciária da União, responsável pela persecução dos crimes federais, temos como finalidade, como obrigação, a busca de uma prova robusta, de qualidade, e a identificação da autoria, e assim proporcionar ao Ministério Público e ao Judiciário elementos seguros e suficientes para o início de uma ação penal.

A preocupação da Polícia Federal é com a sua missão institucional, e para tanto somos obrigados a abrir mão de planos pessoais, para bem executar a nossa tarefa. Não há mais espaço para o amadorismo, quando tratamos da liberdade de ir e vir, do patrimônio público, não podemos agir de forma irresponsável, leviana, amadorística; a nossa obrigação é o trabalho profissional, técnico e isento, como deve ser uma verdadeira Política republicana.

O trabalho que está sendo realizado, de várias formas e em diversas frentes, no enfrentamento do crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, crime de colarinho branco, crimes contra a Administração Pública, que sangram o erário, os crimes ambientais, previdenciários, contrabando, entre outros, as grandes operações, prisões de indivíduos de todas as camadas da sociedade, de integrantes dos três Poderes do Estado, apreensões milionárias de bens, prestando contas à sociedade, com transparência, mostrando que independente do poder econômico e do status, ninguém está isento de ser investigado, de acordo com os ditames da lei.

O resultado deste trabalho hercúleo é o reconhecimento da sociedade e das instituições, refletindo em elevado índice de credibilidade. Este índice, para nós, não é motivo de conforto, ao contrário, representa uma maior responsabilidade, pois uma instituição que alcança tal credibilidade, não tem espaço para erros, desvios de condutas, trabalho mal feito. Temos a obrigação de fazer o melhor, não simplesmente o necessário.

Neste processo, destacamos o envolvimento de inúmeras instituições, nos âmbitos federal, estadual e municipal, como também do Ministério Público e do Judiciário, sem os quais não teríamos alçado este estágio de aperfeiçoamento.

E se a Polícia Federal atingiu esse patamar, devemos reconhecer, foi graças às gerações que passaram, e com menos condições, fizeram muito. Portanto, agradeço o quadro de servidores da Polícia Federal, em especial os aposentados.

Além deste processo de evolução, devemos observar três colunas que são imprescindíveis para a manutenção do trabalho da Polícia Federal, um concurso público sério e transparente, impedindo a contaminação já no processo de ingresso, uma Academia Nacional de Polícia que proporcione cursos de elevado padrão técnico-operacional, com eventos permanentes de capacitação e atualização, além de uma Corregedoria forte e independente, atenta para qualquer desvio de conduta, e se necessário punindo de forma exemplar.

O reconhecimento oferecido por esta Assembleia Legislativa, a qual ressalta, é a verdadeira casa do povo, a casa dos paranaenses, pois dos Três Poderes, é o único onde a sociedade, considerando todos os seus segmentos e extratos, se faz representar, através dos Srs. Deputados, motivo pelo qual este reconhecimento se reveste de uma natureza especial.

Portanto, recebemos esta homenagem como um reconhecimento da sociedade, do povo paranaense, através desta Casa Legislativa.

Mas não posso deixar de registrar que nos últimos 10 dias a Polícia Federal perdeu quatro policiais em serviço, três peritos: Antonio Carlos de Oliveira, Maurício Barreto da Silva e Max Augusto Neves, em acidente ocorrido no laboratório da SR/Manaus, e o agente de Polícia Federal Leonardo Maia, morto em diligência na SR/Salvador. Verdadeiros heróis.

Em nome da Polícia Federal, da Direção Geral, agradeço a atenção e o respeito dispensados por V. Exas. e reafirmo, o policial federal, ao trabalhar bem, ao atender com respeito um cidadão, ele não está fazendo um favor, está apenas cumprindo o seu dever. Lembros-lhes, antes de policial nós somos cidadãos."

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência agradece a presença de todos os senhores, as senhoras, aqui nesta Casa. Cumprimentar o Deputado Ney Leprevost pela iniciativa da homenagem e dizer ao Dr. Valeixo que é realmente um privilégio o Estado do Paraná tê-lo frente a este órgão tão importante.

Estivemos representando a Assembleia Legislativa no dia da sua posse e diversos Deputados lá estiveram, e aqueles que porventura lá não estiveram, cumprimentam da mesma forma e desejam ao senhor e toda sua equipe todo sucesso.

A todos os homenageados os nossos respeitos.

Suspendo a Sessão por três minutos, para que possamos cumprimentar os nossos homenageados.

**(É suspensa a Sessão)**

**(Reaberta a Sessão)**

### ***Pequeno Expediente:***

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo neste instante a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente para registrar a presença de Luiz Carlos Ferrari, Valquiria Rodriguez Banzo e Jacir César Aguiar.

Nobre Presidente Nelson Justus, acessei agora há pouco o blog do jornalista Fábio Campana, pela sua competência, pelas informações muitas vezes exclusivas, está consagrado, está virando uma verdadeira Bíblia o blog do eminente jornalista Fábio Campana.

Outro dia estava aqui o Governador Requião e falei: Governador, o Fábio Campana está descendo o chique em você. E ele: "Não leio Fábio Campana." Mas não Lê, hein? Aqui nos gabinetes, passamos por aí só vemos Deputados e assessoria na internet vendo o que Fábio Campana está divulgando. Tem um peso, como sempre teve, não é só no blog não. O jornalista Fábio Campana sempre se consagrou quando estava na Gazeta do Povo, inclusive agora na rádio Banda B, em especial com o seu blog. Isso é sinal de competência, sinal de que a coisa mais importante para o comunicador que se chama credibilidade, respeito. Então, o povo tem um respeito grande pelo Fábio Campana, e daí um peso que está tendo o seu blog hoje, já dei até entrevista para a rádio de Cascavel, que captou notícia lá que o Fábio Campana tinha publicado lá no seu blog. E foi nesse mesmo blog do Fábio Campana que eu vi agora há pouco que policiais militares virão a esta Assembleia Legislativa para protestar contra os baixos salários.

Bem, acho que os policiais deveriam protestar aqui, porque é a Casa do povo, e aproveitar para dar uma chegada também no Palácio das Araucárias, quem sabe serem recebidos com um café gostoso, cordial, pelo Governador Roberto Requião. E quem sabe ele possam sair dali comemorando o atendimento às justas reivindicações dessa grande categoria que presta um serviço importante ao Paraná, que são os policiais militares.

Aliás, quero desde já colocar que se chegar algum projeto de lei nesta Casa para querer dar aumento só para Oficiais e deixar os Praças, os Soldados de fora, com o meu voto esse projeto não será aprovado. Onde está o princípio da isonomia? O princípio do respeito ao



tratamento igualitário que o Governo tem que dar? Não se pode fazer discriminação, porque o Soldado quase sempre é o primeiro que morre. Na hora de enfrentar o bandido, isso é como nas Forças Armadas, antigamente o Rei era quase o primeiro que morria, porque ele montava num cavalo e ia à frente da tropa. Agora não! Agora o Presidente dos Estados Unidos, o Presidente do Irã, de vários países decretam uma guerra, eles têm ali os seus esconderijos para se proteger contra bomba atômica, e o coitadinho do Soldado é o primeiro que morre. O Presidente, o General, esses são os últimos a morrer e geralmente nem morrem.

Assim é também na Polícia Militar. É muito raro - eu respeito os Coronéis da Polícia Militar, nossa homenagem - mas não vejo no noticiário ouvir falar que, num enfrentamento da Polícia com o bandido. O Coronel que estava na frente da tropa tombou morto. Mas é uma rotina tomarmos conhecimento pelo jornal, pelo rádio e pela TV do Soldado que tomba moto honrando a farda da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. vai usar o horário do PP.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O SR. ANTONIO BELINATI

Então, Presidente, se o Soldado infelizmente é o primeiro a morrer, ele deve ser o primeiro também a receber o aumento salarial.

Portanto, desde já fica a nossa postura, a nossa posição de votarmos aqui um projeto que dê aumento salarial, mas para toda a Polícia Militar, inclusive para os inativos, porque até quem já foi para a reserva um dia também já enfrentou bandido, perigo, já prestou grandes serviços ao Paraná e não podemos discriminar, dar aumento para quem está na ativa e deixar os aposentados de lado. Não.

O nosso apoio a esses policiais que virão até esta Assembleia Legislativa, no próximo dia 17, para protestar contra o baixo salário.

Agora, tem um remédio para isso, Presidente Nelson Justus. Qual é o remédio? É o Governador Roberto Requião dialogar com a categoria e dar aumento para eles. Acho que aí não vai ter protesto nenhum. Acho que vai ter aplauso, vai ter comemoração e vai ter elogios. Porque se o Governador der o aumento que eles são merecedores, evidentemente, eu estarei aqui na tribuna também, para enaltecer o feito do Governador Requião. Se não houver aumento, vamos continuar aqui defendendo o funcionalismo público.

O Requião, agora, não mandou o empresariado dar aumento para seus funcionários, para a patroa dar aumento para a doméstica, para o chacareiro dar um aumento para o seu peão, para o industrial, para o lojista? Por que não dá o mesmo aumento para todos os servidores do Estado, inclusive os aposentados?

O Deputado Romanelli até parece uma estrela do blog do Fábio Campana. É difícil o dia que o Deputado não está lá. Mas também é merecido, pela competência do Líder do Governo.

Sr. Presidente, enaltecendo aqui a competência do Fábio Campana e, pegando uma carona nessa notícia, desde já o nosso apoio aos policiais militares e também aos policiais civis.

Hoje a notícia parece até boa, o Governo do Presidente Lula querendo ajudar os aposentados, aumentou o limite de crédito dos aposentados para empréstimos nos bancos e nas financeiras. O aposentado vai poder empenhar até 30% do seu salário, da sua aposentadoria, para poder contrair empréstimo.

Hoje a agiotagem está oficializada neste Brasil, com a bênção do Presidente Lula e de todo o Governo. Os banqueiros estão disputando com o banco quem dá mais bilhões de lucros a cada trimestre. Parece que eles disputam entre eles - o BRADESCO deu 1 bilhão e meio de lucro, vem o Itaú e ferra mais o povo e orgulhosamente vem dizer que conseguiu ter mais lucro que o BRADESCO.

Tem gente que até se suicida porque empresta dinheiro do banco e não pode pagar. Já tem muito caso aqui concreto, não é fantasia não, tem gente tomando calmante toda noite para poder dormir porque está impossibilitado de pagar o empréstimo que contraiu numa financeira ou num banco.

Creio que a idéia do Presidente Lula foi humanitária, de amarrar esses coitados aposentados com empréstimos nos bancos. Mas muita gente lembra aqui que alguns bancos que começaram com esse sistema de emprestar dinheiro para os aposentados estavam naquele rolo do mensalão em Brasília. Estavam soltando grana graúda para o mensalão dos Deputados. Foram os primeiros bancos habilitados pelo Governo para emprestar dinheiro amarrado em consignação, que já vem descontado da aposentaria.

Com o salário-mínimo na faixa de R\$ 465, o aposentado, esses milhões de brasileiros que vivem de aposentadoria vão poder amarrar 30% para pagar empréstimos em consignação.

O que está acontecendo é que tem muito velhinho, o cabloco trabalhou a vida inteira, está no fim da vida, às vezes tem uma praga de um filho ou uma filha que saiu de casa, que não cuidou da mãe, que não cuidou do pai, e lá um belo dia vem para encher o saco do pai, da mãe, e leva o coitado do velhinho até o banco, até a financeira, segura na mão do velhinho para assinar o empréstimo para o pai repassar o dinheiro para o vagabundo do filho que nunca cuidou do pai. Isso está acontecendo com milhares e milhares de cidadãos que estão no fim da vida, que são explorados pelo filho que nunca deu amor, que nunca teve respeito pelo pai ou pela mãe, mas voltou depois de algum tempo à casa dos pais para dizer isso, para pegar a aposentadoria do pai e penhorá-la. Dinheiro que não vai para o casal de velhos.

Tem casos que o velho é aposentado, e estou cansado de ver em financeira, o filho chegando todo alegre porque vai dar uma rastera no pai. Se a aposentadoria já é tão pequena, de apenas um salário mínimo, o Presidente Lula, em que pese a boa intenção dele, isso é uma faca de dois gumes, uma medida que, na minha ótica, vai comprometer uma aposentadoria tão pequena, e quem vai tirar proveito é o mau filho, é o filho ingrato, é a filha ingrata, que jamais deu amor, atenção, nunca procurou buscar alternativas para ajudar a cuidar do pai ou da mãe que estão doentes, no fim da vida, mas que depois de um bom tempo fora de casa, às vezes até alcoólatra ou apegado às drogas, vem ali e o pai, coitadinho, acaba perdendo a ingratidão do filho ou da filha e vai lá.

Parece até um holocausto financeiro, como tinha aquele povo que ia lá para tomar o banhinho, no tempo do Hitler, ia todo contente para tomar um banho e não sabia que era o banho da morte, que ligava o gás e matava todo mundo.

E assim estão os coitados dos velhos, levantando contentes, saem lá de um bairro pobre, da favela, às vezes de um assentamento, atravessa a Cidade, vai à financeira e assina sua morte financeira. Se com um salário-mínimo já não dá para viver, imagine ter que pagar na faixa de R\$200 por mês da aposentadoria, o empréstimo cujo dinheiro foi para o bolso do filho ingrato.

Portanto, prefiro ficar na outra alternativa. Não tinha nada que aumentar este valor, porque coitados desses velhos, coitados dos idosos, coitados dos aposentados. Mais uma vez eles vão cair nas mãos de filhos aproveitadores, que vão pegar o dinheiro, vão torrar, vão gastar em bebidas, em cigarros, em drogas, em farras, e o coitado do aposentado vai ficar, muitas vezes, dois anos pagando por aquele empréstimo.

Então, o aumento de 20 para 30% do valor de empenho, de consignação, é uma arma, infelizmente, em que pese até a boa intenção do Presidente Lula, mas ela vai judiar muito desses pobres aposentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Augustinho Zucchi.

### ***Deputado Augustinho Zucchi (PDT)***

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Raramente ocupo a tribuna para falar sobre a questão política, o encaminhamento político. Às vezes, como dirigente partidário, acabamos por falar sobre determinadas coisas. Mas, o que falo aqui é uma opinião pessoal, de quem, obviamente, acompanhou, nos últimos tempos, o processo político no Estado de forma bastante intensa, especialmente no último pleito para o Governo do Paraná.

É sabido que o PDT participa da base de apoio do Governo Lula. O PDT faz parte do Governo, especialmente com a participação do Ministro Lupi, no Ministério do Trabalho. Aliás, um trabalho, na minha opinião, muito bom para o nosso País. O Ministro Lupi teve, na minha opinião, um trabalho surpreendente nesta pasta. E agora, por conta daquilo que dizem que está antecipando o processo eleitoral, eu não acho que esteja antecipando, até porque em verdade todas as vezes que vimos se encaminharem os dois últimos anos de qualquer administração, sempre se falou da sucessão. O que é perfeitamente natural, até porque passamos agora há pouco pelo processo de eleição dos Prefeitos, o que leva imediatamente à discussão sobre a eleição do Governo. Tanto que nós, a nível de Estado, mantivemos durante a campanha para o Governo aliança, se não com vários partidos, mas com alguns partidos, e mesmo depois da eleição procuramos manter o diálogo com esses partidos.

Pois bem, até fizemos reuniões com o PPS, com o DEM, com o PSB, com o PSDB, no sentido de conversarmos sobre as eleições municipais, visando a manutenção dessa aliança para 2010. Perfeitamente. Passou a eleição, agora, para os Municípios e, obviamente, aflorou a discussão para a eleição de 2010 e aí vem a fatídica pergunta: o Senador Osmar Dias é candidato?

Imagino que qualquer cidadão que dispute uma eleição na condição em que disputou o Senador Osmar Dias, com o resultado que teve a eleição, fatalmente ele, pessoalmente, não tem condições de dizer que não é candidato, pelo contrário, porque ele é levado a afirmar a sua candidatura até para que não seja cobrado, inclusive pelos aliados, do mesmo mal que foi na última eleição, de ter decidido a sua candidatura praticamente no prazo fatal para a decisão das coligações. Pois bem, mas ocorre que obviamente começou a discussão de outros nomes dentro dessa coligação, e entre os nomes está o do Prefeito Beto Richa, a quem apoiamos na primeira eleição, de quem recebemos o apoio no 2º turno e quem também apoiamos na eleição de agora. E vejo que, por força dessa convivência do Senador Osmar Dias com o Governo Federal, da função que ocupa especialmente nos últimos tempos, onde se tem falado que ele poderia assumir a liderança no Congresso Nacional, o que eu acho extremamente bom se fosse o caso de um paranaense, e vamos esquecer aqui a posição que ele ocupa e as vinculações que ele tem partidariamente, as vinculações políticas que tem e que pretende manter no Estado, mas seria um cargo importante, até porque falamos que muitas vezes as lideranças políticas do Estado não ocupam o devido espaço que tem o Paraná na conjuntura política nacional.

### ***Passa a usar do horário da Liderança do PDT***

Pois bem, longe de ter decidido ele ou de o Presidente Lula tê-lo convidado para assumir esse cargo, toda vez que o Senador Osmar Dias se encaminha para

conversar com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, declaradamente candidata à presidência, há uma especulação.

Quero colocar aqui as coisas no seu devido lugar: não é estranho que o Senador Osmar Dias possa conversar politicamente com o Partido dos Trabalhadores e muito menos estranho que ele possa conversar com a Ministra Dilma Roussef, ou com o Ministro Paulo Bernardo ou, quem sabe, com o Ministro Stephanes ou com qualquer Ministro, nem tão-somente que possa conversar com o Vice-Governador Orlando Pessuti, com o Deputado Dobrandino, com o Deputado Romanelli. Líder do Governo, porque não é estranho que nenhuma liderança política da envergadura que possa representar, quer seja liderança partidária ou com projeção para ser candidato ao Governo do Estado, possa evitar de se fazer conversas dessa natureza. E digo por quê não é estranho. Não é estranho que o Prefeito Beto Richa tenha conversado com o Presidente Lula em audiência, não é estranho que tenha se encontrado com o Ministro Paulo Bernardo, aliás, não é estranho, em hipótese alguma, que membros de partidos que nos apoiaram, por exemplo, apoiem o Governador, que tem Secretários a nível de Governo. Quer dizer, nada é estranho! Há, obviamente, neste momento, uma conversação.

Agora, se há uma pergunta que podemos responder, é de que para nós vale a aliança que foi construída no Paraná. Repito: para nós, vale a aliança que foi construída no Paraná. Se mudar o tom dessa aliança, não será por nossa causa. O Senador Osmar Dias continua tendo a mesma postura que teve antes da eleição, durante a eleição e após a eleição.

Então, vejo que, a despeito de termos problemas dessa natureza, quero falar aqui ao grande Presidente do PSDB, Deputado Rossoni, que continua a nossa esperança nessa aliança que formamos ao longo dos últimos anos. Esperamos que isso, obviamente, possa continuar.

Aliás, obviamente não significa que a conversa do Senador Osmar Dias possa ter se tornado um compromisso com a Ministra Dilma, até porque há poucos dias o Senador Osmar Dias esteve em São Paulo conversando com o Governador José Serra, declaradamente candidato a Presidente da República, aliás, respeitável candidato a Presidente da República pelo PSDB. Então, não vejo algo que possa se transformar, por mais que muita gente até gostaria disso, não vejo em algo que possa se transformar numa divisão daqueles que caminharam juntos, e também não vejo que não se possa, daqui a pouco, ter uma conjuntura diferente.

Vejo aqui a Deputada Cida e o Deputado Duílio, que pertencem ao PP, é um partido que tem trabalhado junto conosco ao longo também das últimas eleições. Então, gostaria de colocar que o fato dessa ligação do PDT com o Governo Federal não vai significar nenhuma decisão extemporânea, até porque digo, e reflitam

comigo aqui, mesmo o PT fazendo parte da base de apoio do Governo Requião, mesmo aqui, todos sabemos que quando o Lula não tinha nenhum favoritismo para ganhar a eleição no nosso País, o Governador Requião já apoiava o Presidente Lula aqui, mesmo com tudo isso que presenciávamos na eleição passada, o entendimento do PMDB do Paraná com o PSDB do Deputado Valdir Rossoni, obviamente com a Oposição, que fez ele aquela proposta naquele momento, democraticamente, que acabou sendo vencedora pelas razões que todos conhecemos.

Então, não há decisão, a eleição começa quando começa e termina quando termina. Não podemos adiantar o processo eleitoral de tal forma que possamos aí ter muitas vezes esse entendimento que não corresponde à verdade muitas vezes. Por enquanto sabemos que o PMDB, partido que tem uma organização extraordinária no Estado, que detém hoje o mando do Governo Estadual, tem o seu candidato que é o Vice-Governador Orlando Pessuti, e todos temos que, obviamente, respeitar a candidatura que é colocada pelo PMDB. E nós, na minha opinião, Deputado Rossoni, estou falando pessoalmente aqui, não tenho nenhuma pretensão de representar ninguém. Todos sabem da relação de profunda amizade e lealdade que tenho com o senador Osmar Dias, e a despeito de ser Vice-Presidente do PDT, mas falo aqui pessoalmente, acho que todos vamos trabalhar para que possamos manter a aliança, porque um caminho, quando é caminhado, não é assim para se terminar. Eu não acredito nisso, acredito na boa política, acredito que é possível mantermos um projeto para o Estado do Paraná e que possa, sim, aglutinar novas forças.

Agora, obviamente que cada partido tem legitimidade para pleitear o seu espaço, mesmo que isto possa ferir quem sabe alguns entendimentos, mas todo partido pode colocar a sua candidatura, é legítimo que cada partido possa colocar a sua candidatura. E temos que ir trabalhando isso com muita serenidade, o tempo nos exige serenidade, o tempo não nos coloca, muitas vezes, a pensar que alguém daqui a pouco, por estar em determinada condição a nível federal, possa estar aqui.

Vejo que as questões locais, sempre são determinadas no processo político. Eu já vi aqui candidato a Presidente que teve dois candidatos ao Governo do Estado, aliás, os dois favoritos em determinada eleição aqui no Estado. Vejo que na última eleição, por exemplo, o Presidente Lula esteve aqui num palanque, e não teve nenhum candidato a Governador no seu palanque naquele momento, porque obviamente existia uma circunstância política. Então, tudo possível.

Agora, da nossa parte gostaria de deixar entendido isso, não desfizemos nada. Fico até feliz em saber que o PT e o PDT, em nível nacional, conversam. Fico feliz que o Presidente Lula tenha boa aprovação. Imagino que isso seja bom para a população brasileira. Creio que há muitos projetos que ele fez que são muito importantes e

que melhoraram a vida do País. Não vejo que a nossa posição política tem que ser estanque, até porque daqui a pouco poderemos ter, em nível de Estado, uma conjuntura que possa ser diferente da conjuntura nacional. Pode acontecer, como aconteceu outras vezes.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Sempre que acaba uma eleição, começa outra eleição na articulação política nacional e reflete nos Estados.

Se depender da articulação política do Diretório Nacional do PT, se trabalhará fortemente para que o PMDB permaneça na aliança nacional para trabalharmos a sucessão do Presidente Lula. O PDT também está nessa discussão política. A decisão será dos partidos políticos.

Por enquanto é tudo especulação. Não se sabe com quem estará o PMDB ainda. Essa é a grande dúvida, pois é o maior partido hoje.

Muito obrigado.

#### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Gostaria de dizer que temos a intenção e a determinação de continuar caminhando o nosso caminho. Mas temos também a condição de analisar as circunstâncias, porque, muitas vezes, aquilo que é feito na política, não é combinado. Então as coisas muitas vezes mudam e vamos trabalhando nesse sentido.

Tenho certeza absoluta que estaremos atentos para aquilo que é mais importante para o nosso Paraná.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

### ***Deputado Chico Noroeste (PR)***

#### **O SR. CHICO NOROESTE**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, cidadãos paranaenses.

Amanhã, quinta-feira, o Governador Roberto Requião estará em Foz do Iguaçu, e está previsto anunciar o repasse de R\$ 4 milhões e 500 mil para ajudar na conclusão do então denominado hospital municipal.

Quero enaltecer pela sensibilidade e pelo bom senso e agradecer ao Governo, ao Governador Roberto Requião, por essa atitude, porque certamente o Município de Foz do Iguaçu muito está precisando. Foz do Iguaçu está passando por várias dificuldades, mas principalmente com relação à saúde. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Foz do Iguaçu precisa mais. Quero tornar público, aliás, só lembrar, porque tenho certeza que todos Deputados que são politizados, informados, e a imprensa também já sabe dos investimentos que já foram feitos com relação a outros hospitais em outras Cidades.

Foz do Iguaçu precisa mais, a exemplo do que aconteceu com o Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier, investimento de R\$ 35 milhões; com o Hospital regional de Francisco Beltrão, R\$ 32 milhões; com o hospital regional infantil de Campo Largo, R\$ 35 milhões; com o hospital regional do litoral em Paranaguá, R\$ 32 milhões; com o hospital regional de Ponta Grossa, R\$ 17 milhões; com o hospital regional de Telêmaco Borba, R\$ 17 milhões e 800 mil; com os hospitais de Londrina, aqui vários hospitais juntos, numa soma de R\$ 20 milhões e 400 mil; com o hospital regional do Noroeste, em Paranavaí, R\$ 8 milhões. Aqui, evidentemente, os nossos parabéns a todas essas Cidades e hospitais que receberam investimentos, e outros que foram construídos, desde o seu projeto arquitetônico até a conclusão da sua parte física.

Como eu falei, Foz do Iguaçu precisa mais. Deputado Dobrandino que aqui está, quero dizer que o ideal é o Município de Foz do Iguaçu - isto é o que defendo, pelo menos na minha visão.

Como eu falei, Foz do Iguaçu precisa mais. Deputado Dobrandino que aqui está, quero dizer que o ideal é o município de Foz do Iguaçu - isto é o que defendo, pelo menos na minha visão.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. tem mais um minuto, Deputado.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR***

#### **O SR. CHICO NOROESTE (PR)**

Gostaria de pedir o Horário da Liderança. **(Assentimento)**

Portanto, o que defendemos é que o Município de Foz do Iguaçu repasse o hospital municipal para o Governo do Estado e o Estado, na sequência, o transforme em hospital regional, para atender não somente a Cidade de Foz do Iguaçu, mas que possa atender o extremo Oeste do Paraná, as Cidades, pelo menos da 9ª Regional da Saúde, em que a Cidade pólo é Foz do Iguaçu.

Portanto acho, aliás, tenho a certeza, certamente, se isso acontecer vai haver uma verdadeira parceira do Estado do Paraná com o Município de Foz do Iguaçu e vários outros Municípios, em especial do extremo Oeste do Paraná. Daí o Governo do Estado, Município de Foz do Iguaçu e outros Município vão estar trabalhando em uma verdadeira parceira, somando forças e esforços, todos juntos, dividindo custos e responsabilidades no sentido de atender, da melhor maneira possível, o povo do Oeste do Paraná. E Foz do Iguaçu merece, até porque várias outras cidades já possuem o hospital regional.

Ponta Grossa está construindo seu hospital Regional, está aqui o Deputado Jocelito, eu observei a sua luta para que pudesse chegar onde está, construindo certamente um dos melhores hospitais regionais do Paraná.

Mas não quero ir muito longe, Cascavel, há muito tempo, já possui o seu hospital regional e outras Cidades, Francisco Beltrão, Paranaguá, entre outras, já possuem. E acho que seria apenas uma questão de justiça Foz do Iguaçu ser tratada da mesma forma que outras Cidades do mesmo nível e com a mesma população, uma Cidade pólo, uma Cidade importante no Estado do Paraná. Todos os paranaenses a conhecem, uma Cidade conhecida em todo o Brasil e também a nível internacional. Um hospital que, certamente, não iria atender apenas a população de Foz do Iguaçu e também da região, mas certamente estaria pronto para atender os milhares de turistas que vão e que visitam todos os anos a Cidade de Foz do Iguaçu.

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

#### **O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Olha, para registrar aqui, clarear um pouco esse assunto da Saúde em Foz do Iguaçu que é um caos. Tem razão o Deputado Chico com sua preocupação, mas vamos deixar claro que não é culpa do Governador do Estado. O senhor citou aí os hospitais regionais do Governo em várias Cidades do Paraná e em Foz do Iguaçu não tem. E houve uma conversa com o Governador Requião, há poucos dias, e cobre isso, a situação da Saúde em Foz, e o que ele me autorizou, Deputado Chico? Ele disse: “Vá você. Você quer ir à Prefeitura falar com o Prefeito? Vá você e o Secretário Moreira e vejam o que o Prefeito precisa, no que o Estado pode ajudar”. Porque é bom deixar claro, lá em Foz do Iguaçu é Saúde Plena, o Estado não tem muita função lá dentro. Aí, fui falar com o Prefeito Moreira, que não pôde ir. Fui com um Vereador nosso. É preciso, de início, que o Estado repasse 4 milhões e meio para a conclusão do hospital - esse é um pedido. O outro pedido, um recurso de 6 milhões para recuperar as ruas da Cidade.

Vamos por partes. Não posso levar suas propostas ao Governador, uma de repasse de 4,5 milhões para concluir o hospital. A outra acho muito plausível e concordo com V. Exa., que é muito melhor para Foz do Iguaçu. Não posso levar uma proposta para o Governo, de repassar esse hospital para que ele transforme, conclua, banque e resolva todo o problema do hospital regional de Foz do Iguaçu. Ele disse que não aceitava. Quero concluir o hospital, mas não aceito passar o Governo do Estado.

Deixar bem claro que isso não é culpa do Governo. Venho fazendo essa proposta há muito tempo para ele, que nunca aceitou. Daqui a pouco podem dizer: “Como é que o Governo faz os hospitais regionais em Campo Mourão, Londrina, Ponta Grossa, Cascavel e não em Foz?” O Prefeito não se propõe a fazer isso. O Governo não pode arrancar das mãos do Prefeito um hospital e passar para ele. É preciso a concordância do Município, dos Vereadores. E o Prefeito não quer.

Hoje, o Governador vai a Foz. Amanhã, na parte da manhã, ele irá visitar o hospital e vai anunciar o repasse de 4,5 milhões. No início da obra eu pedi e o Governador repassou 3 milhões a fundo perdido para a Prefeitura. O Governo está fazendo a sua parte.

Estou satisfeito que o Prefeito se propôs a conversar. Ele está há mais de quatro anos e nunca me pediu ajuda. Agora, a água está chegando no pescoço, ele pediu ajuda e consegui junto ao Governo. Acho que é a única Cidade do Paraná que está deserta do Governo do estado. Não está tendo um entrosamento com o Governo e por isso as coisas estão andando devagar.

Estamos começando uma nova era. Tomara que dê certo! Porque acima da sigla, se gosto ou não do Prefeito, se ele é meu adversário ou não, está a população de Foz do Iguaçu, que não tem nada a ver com isso e quer ser atendido. É isso que quero fazer.

Muito obrigado.

#### **O SR. CHICO NOROESTE (PR)**

É verdade.

O Governador Roberto Requião, o Governo do Estado já repassou ao Município de Foz do Iguaçu R\$ 3 milhões. Agora, tem à disposição neste momento de passar mais R\$ 4,5 milhões, totalizando R\$ 7,5 milhões.

Como eu disse anteriormente, a minha visão é ir mais longe e ver a Cidade de Foz do Iguaçu também tendo o seu hospital regional. Portanto, nesse sentido, nessa linha, apresentei um requerimento na semana passada, aprovado por unanimidade por todos os Deputados, Creio que esse requerimento deve estar chegando ao Governador Roberto Requião, cujo teor é o seguinte:

**(Lê):**

“O Deputado Chico Noroeste (PR), que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Secretário estadual de Saúde, Gilberto Martin, solicitando a realização de estudos que viabilizem o repasse do hospital municipal de Foz do Iguaçu ao Governo do Estado e a transformação da instituição de saúde em Hospital Regional do Extremo Oeste do Paraná.”

É o que nós defendemos e esperamos, porque tenha certeza de que o Governador, sensível como é às questões dos pleitos da população, poderá atender mais esse pleito. O povo de Foz do Iguaçu e do extremo Oeste do Paraná vai agradecer.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

#### ***Deputado Fernando Scanavaca (PDT)***

#### **O SR. FERNANDO SCANAVACA**

**(Lê):**

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A minha Cidade, Umuarama, sedia a partir desta quinta-feira a Expo-Umuarama, vitrine do agronegócio da Região Noroeste e excelente oportunidade para a troca

de experiências entre os criadores das principais raças bovinas do País. É um campo fértil para a apresentação e conhecimento de novidades nas áreas de indústria e comércio. Some-se a isso o fato de que mais de 200 mil pessoas visitarão o Parque Internacional Dario Pimenta Nóbrega, local em que se realiza o evento.

É com grande satisfação que convido a todos os membros desta Casa, assim como aqueles que nos assistem através da TV SINAL, para visitarem a Expo-Umuarama (Exposição Feira Agropecuária e Industrial), que está chegando à sua 34ª. edição, a oitava de caráter internacional. Aproveito esta Sessão para me congratular com toda a diretoria da Sociedade Rural de Umuarama, na figura do Presidente Sidney Lujan, pelo empenho, pela dedicação e competência com que a entidade trabalhou para organizar esse evento que se propõe a ser o maior da história das mostras de Umuarama.

Sr. Presidente, Umuarama é o centro de uma região eminentemente agropecuária. Por ser o polo irradiador de experiências em todas as áreas, procurei, enquanto Prefeito daquele Município, desencadear ações objetivando o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, por entender que este era, ao menos naquele momento, o melhor caminho para estancar o processo de esvaziamento da economia local e regional. Com o apoio de pesquisas realizadas por órgãos de reconhecida competência técnica, tivemos êxito na realização de um programa de integração lavoura-pecuária que extrapolou as divisas municipais, já que a experiência foi levada, também com sucesso comprovado, para outras regiões brasileiras.

A Expo-Umuarama, assim como o show tecnológico realizado no mês passado, é uma extensão do programa a que nos referimos, pois são eventos que servem para a apresentação de novas tecnologias, tanto no setor da produção primária, como para inovação de equipamentos utilizados no campo e na cidade.

Ilustres Deputadas e Deputados, a mostra agropecuária de Umuarama atrai expositores de todo o Paraná e de vários outros Estados. E também conta com visitantes de Países vizinhos, como Paraguai e Argentina, além do Uruguai, de onde este ano deve vir uma delegação para conhecer o potencial do evento. Isso é bom não apenas para Umuarama e região mas para todo o Paraná.

Vou estar lá nesta quinta-feira participando da abertura solene, na companhia de importantes autoridades e lideranças, como o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti; o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Valter Bianchini; o Prefeito de Curitiba, Beto Richa; o Secretário do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Nelson Garcia; o nosso Deputado Federal Dr. Osmar Serraglio; e, é claro, terá como anfitrião o nosso Prefeito Moacir Silva, que tem dado todo o apoio para que a Expo 2009 seja realmente uma grande realização.

Com o Prefeito e a diretoria da Sociedade Rural, vamos recepcionar no próximo sábado o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o Senador Osmar Dias, pré-candidato do meu partido ao Governo do

Paraná. E gostaria, Sr. Presidente, de contar também com a presença dos meus ilustres colegas Parlamentares para que conheçam a verdadeira hospitalidade oferecida pela população da Capital da Amizade.

Agradeço essa oportunidade e reitero o convite da Sociedade Rural e do Prefeito Moacir Silva para que visitem a nossa Expo-2009. A presença dos ilustres Parlamentares enriquecerá o nosso evento.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Professor Lemos.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna hoje são temas ligados à Educação. Visitando ontem Piraquara, a convite do Vereador Elizeu Meire, ele que é Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, estavam presentes todos os Vereadores, os diretores de escolas, lideranças comunitárias, professores, funcionários de escolas, trazendo uma preocupação muito grande, especialmente na região do Guarituba, que são 46 mil habitantes, apenas três escolas estaduais naquela região. Uma escola tem apenas quatro salas de aula, as escolas estão fazendo quatro turnos. Então, tem o quarto turno lá em Piraquara. Isso é inaceitável, porque as crianças têm que sair às 5h da manhã para chegar mais cedo. Na hora do almoço também fica tumultuado, porque esse turno intermediários atrapalham a alimentação das crianças. À noite também é um problema muito sério.

Os nossos professores, os nossos pais, os nossos Vereadores, o Prefeito da Cidade que é professor também, o Gabão, estamos todos preocupados com a situação de Piraquara. Não é possível que as nossas crianças fiquem sem escola. Mais de 5 mil estudantes daquela região estão esperando vagas. E é aqui, na Região Metropolitana de Curitiba, muito próximo da Capital. Estamos solicitando uma audiência com a Secretária de Estado da Educação para a próxima semana, com a presença dos 10 Vereadores, dos diretores de escola, com a presença de representação dos pais, para que possamos dar celeridade na construção de novas escolas, na Cidade de Piraquara, na construção de novas salas de aula nas escolas que já existem, para que possamos urgentemente acolher todas as crianças, adolescentes e jovens, nas escolas da rede estadual.

Portando, hoje por telefone falei com o Diretor Geral que é o professor Ricardo Bezerra, da Secretaria de Estado da Educação, e ele disse que já ia trabalhar, hoje à tarde, levantando o problema de Piraquara, especialmente de Guarituba, para que possamos, na semana que vem, com audiência com a Secretária, ter solução para as matrículas. No mínimo o acesso as crianças tem que ter nas escolas públicas do Estado do Paraná.

Outro tema importante é a merenda escolar. Estamos com um problema sério no Estado do Paraná, e para disciplinar a merenda escolar estamos protocolando no dia de hoje um projeto de lei para tratar da merenda escolar. Como sempre defendemos enquanto professor, enquanto pai, o aluno da escola pública. Nós queremos que a agricultura familiar no Estado do Paraná participe, levando os seus produtos lá para a escola. Participe com no mínimo 30% daquilo que é ofertado na merenda escolar. O Paraná hoje, somando redes estaduais e agentes municipais serve por dia aproximadamente 2 milhões e 500 mil refeições. Vejam, nós podemos e devemos interferir para que as nossas crianças recebam alimento de boa qualidade.

Também estamos apresentando no dia de hoje, um outro projeto que trata do transporte intermunicipal para os nossos estudantes que frequentam universidades públicas e privadas, ensino médio público e privado e que têm que sair de um Município para outro. Estamos propondo, como já acontece em outras Unidades da Federação que esse transporte, no mínimo, seja custeado em 50%, que ele tenha o meio passe para sair de um Município para estudar em outro.

Nós observamos vários exemplos na beira da estrada, principalmente nos finais de semanas, estudantes pedindo carona e correndo risco, porque não têm dinheiro para o transporte para voltar a sua região ou sair de sua região e ir para a escola. Principalmente os colégios agrícolas do Estado do Paraná.

Esses dois projetos também atendem os interesses da Educação e do povo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Péricles de Melo.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Hoje pela manhã estive no Tribunal de Contas, acompanhado pela Secretária da Educação; representante da Secretária Lygia, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; o professor Romeu Gomes de Miranda, presidente do Conselho Estadual de Educação; também participou da reunião o Deputado Teruo Kato, para discutir com o Presidente do Tribunal de Contas, Hermas Brandão, a situação dos professores que fizeram curso na VIZIVALE. Foram aprovados em concurso público, 8 mil professores, a avaliação que a Secretaria Estadual faz, que foram aprovados em concurso nos Municípios paranaenses e já, há bastante tempo, lecionam nesses Municípios.

Eles foram aprovados porque o concurso exigia o certificado de conclusão do curso e, depois puderam apresentar seus diplomas, porque o curso não foi reconhecido, como nós todos sabemos.

Em função disso, alguns Prefeitos estão demitindo esses professores. Recebi uma notícia que um Prefeito do Partido dos Trabalhadores demitiu porque há insegurança jurídica dos Prefeitos. Como os professores não entregaram os diplomas, os Prefeitos têm medo de terem as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Paraná.

Já havíamos ido ao Tribunal no ano passado, quando o Presidente era Nestor Baptista, agora fomos novamente, e o Secretário Hermas Brandão nos atendeu muito bem e pediu uma consulta formal, para que o Tribunal pudesse dar uma resposta formal por escrito para orientar os Municípios.

É uma situação muito complexa e os professores estão numa situação de insegurança total e completa.

Acho que acabamos esgotando todas as possibilidades que tentamos a nível administrativo. A nossa vitória foi parcial e eu queria falar sobre ela.

Ontem, teve uma reunião no MEC, da comissão formada pela Secretaria de Educação do Paraná, pelo Conselho Estadual do MEC e a solução que o MEC está apontando, em parceria com essa comissão, é dentro do chamado PARFOR, um plano ligado ao plano de desenvolvimento educacional do Governo Federal, que é Plano de Ações Articuladas para Formação de Professores.

No Brasil existe 1 milhão de professores que lecionam sem ter o diploma necessário para exercer a sua profissão de determinados níveis. Por exemplo, o professor dá aula para as séries iniciais do ensino fundamental e não tem o curso normal, tem apenas o 2º grau. Ele tem uma formação deficiente, que não está de acordo com a legalidade hoje.

Esse plano busca formar e qualificar todos esses professores para o nível de formação necessário para a sua profissão.

Pois bem! No Paraná existem 10 mil professores, que farão parte desse PARFOR, e desses 10 mil, a Secretaria da Educação faz um avaliação de que 8 mil são justamente os professores que fizeram o curso da VIZIVALE - IESDE.

O que é que o MEC está decidindo em parceria com essa comissão? Vai abrir inscrições para os professores do Paraná fazer esse plano de capacitação. Desses 10 mil, 8 mil fizeram o curso da VIZIVALE, portanto esses professores terão garantido, no prazo de quatro ou cinco turmas que serão formadas, realizarão o curso e ao final do curso gratuito terão o diploma. Não o diploma da VIZIVALE, que habilita os professores para lecionarem nas séries iniciais do ensino fundamental, 4ª ou 5ª série da educação infantil, mas terão o diploma de Pedagogia Plena gratuita e esse curso será feito em duas modalidades: à distância ou presencial. Nas Cidades que não têm condições de fazer o curso presencial será à distância; nas Cidades que tem polo, têm universidade como Ponta Grossa, será curso presencial de preferência. Aqueles que fizeram o curso à distância terão inclusive uma bolsa para custear as despesas de transporte.

É uma vitória parcial, mas a pergunta que fica é a seguinte: até que todos concluam o curso do PARFOR, aliás, o MEC vai decidir a porcentagem das disciplinas que fizeram na VIZIVALE que vai ser consolidada, não se sabe se é 20 ou 30% dependendo das disciplinas validadas pelo MEC, vai ser maior ou menor a duração do curso que eles farão.

Mas até que se termine esse curso que não vai ter vaga para todo mundo todo ano, a primeira turma vai ter 1 mil e 200 a 1 mil e 300 alunos, até que se conclua como é que vai ficar a situação dos professores dos Municípios que muitos Prefeitos estão demitindo, e qual vai ser a posição do Tribunal de Contas.

Existe uma base jurídica do Tribunal para orientar os Prefeitos a não demitir os professores? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: como ficará o restante dos professores que pagaram pelo curso da VIZIVALE/IESDE, curso que foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação, que é um órgão representativo não do Governo, mas da sociedade paranaense, órgão do Estado, independente do Governador que esteja no cargo. O Conselho aprovou, esses professores fizeram o curso de boa-fé, pagaram por esse curso com dificuldades, viajaram, saíram de suas casas e não têm culpa nenhuma pelos conflitos e desentendimentos entre o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Nacional, que muitos anos depois decidiu que o Conselho Estadual não poderia ter autorizado o curso. Esta é a segunda pergunta.

Como todo caminho administrativo, que eu penso, já foi trilhado, temos que buscar um outro caminho para resolver essa questão. Eu me lembrei de uma frase que um Secretário do MEC nos falou, numa audiência, em Brasília, das muitas que fizemos. No final da audiência ele disse: “Parece que o Estado de vocês, o Paraná, é meio autofágico”. Foi esta a palavra que ele usou: autofagia. Dando a entender que nós poderíamos - ele não falou claramente isso, mas deu a entender - que nós poderíamos encontrar uma solução local. Mas, parece que existe no Paraná uma autofagia, um conflito entre nós que nos inibe e nos impede de achar uma solução e de confrontar, inclusive o próprio MEC, que merece ser confrontado. E eu vou dizer o porquê. Merece ser confrontado e tem que ser confrontado. Cheguei a esta posição depois de muita reflexão. O mesmo MEC, baseado num parecer do Conselho Nacional de Educação, que descaracterizou, que fez um parecer sinuoso, porque diferente de outros pareceres anteriores, inibiu as nossas instituições de ensino superior de registrar esses diplomas, o mesmo MEC permite que uma instituição chamada Universidade Castelo Branco, uma instituição particular, chegue para os 35 mil alunos que fizeram a VIZIVALE, talvez em parceria com o próprio IESDE, e diga que se eles quiserem validar seus diplomas basta se inscreverem no curso de Pedagogia Plena oferecido por essa instituição, que vão ter convalidadas, praticamente, todas as disciplinas, e basta fazer uma carga horária adicional, pagando para fazer isso, por mês, para a instituição, uma carga horária de 442 horas.

E pasmem os senhores, tenho aqui um ofício da Universidade Castelo Branco, respondendo ao requerimento de alguns alunos e professores da VIZIVALE, dizendo que desta forma, após análise da matriz curricular e das ementas das disciplinas já realizadas da VIZIVALE, verificaram a necessidade de serem cursadas as seguintes disciplinas: empreendedorismo, 34 horas; gestão de pessoas, 34; introdução à informática, 34; orientação educacional, 34; ação supervisor, 34; educação de jovens e adultos, 136; e desenvolvimento sustentável, 136. Somando, 442. E eles terão ao final do curso um curso de Pedagogia Plena, que permite dar aulas não só para séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil, mas permite lecionar inclusive em curso superior, em universidades.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Então, perguntei ao Ministro: Ministro, como é que pode este paradoxo? Da última vez, em Brasília, o Professor Lemos estava lá, como é que pode este paradoxo? O mesmo Estado, Estado Brasileiro, que não reconhece esse diploma para 35 mil estudantes, professores, que fizeram o curso de boa-fé e pagaram, permite que uma instituição reconhecida pelo MEC, chamada Universidade Castelo Branco, proponha para estes alunos que se eles entrarem na universidade e pagarem por isso, fazendo apenas 442 horas - eles já realizaram 2 mil 890 horas - fazendo apenas 442 horas, recebam o diploma de Pedagogia Plena? Isto é um crime, então! Será que o Estado Brasileiro está a serviço, mais uma vez, das escolas particulares e não do interesse público?

Das duas, uma: ou essa instituição está cometendo um crime de estelionato contra pessoas que estão desesperadas para conseguir o diploma para não perder os seus empregos e, portanto, deve ser punida exemplarmente pelo MEC na primeira hipótese, que eles estão falsificando uma proposta, porque estão reconhecendo matérias que o MEC não convalida, desautorizados pelo Conselho Nacional de Educação tanto que não reconhece o curso da VIZIVALE, e é um crime que deve ser punido imediatamente, para que não haja esse crime contra alunos de boa-fé, que já foram punidos e pagaram pelo curso, ou então se essa universidade tem o poder para reconhecer o curso, muito mais poder tem o Conselho Estadual e têm poder também as universidades públicas paranaenses e elas devem, da mesma forma que a Castelo Branco está dando diploma, oferecer uma complementação adequada para esses alunos, com uma carga horária pequena como a da Castelo Branco e reconhecer esse diploma.

Não é possível que aceitemos de cabeça baixa essa posição paradoxal e até enigmática, porque no fundo leva a que possamos suspeitar que existem interesses dessa instituição e do próprio IESDE dentro do Ministério, o que faz com que esse jogo siga encenado e não tenha fim.



Então, diante desses fatos quero fazer um apelo, e já conversei com o Deputado Caíto que é da base do Governo, e vou conversar com o Romanelli, e é o que falei naquela Sessão histórica, porque eu achava que era o último caminho, mas agora só nos resta este, que nós votemos e derrubemos o veto do Governador Requião ao nosso projeto, por unanimidade, e vamos confrontar o MEC, mesmo que as instituições digam não, mas vamos entrar com recurso contra a lei, porque ela é ilegal. Vamos fazer um apelo às universidades públicas, porque da mesma forma que se está explorando alunos, que as nossas universidades consolidem esse diploma, dando um complemento pequeno e reconhecendo o curso.

Concedo um aparte ao Deputado Professor Lemos.

#### **O Sr. Professor Lemos (PT)**

Quero cumprimentar, mais uma vez, o Deputado Péricles por voltar à tribuna para tratar de um tema que é fundamental para a Educação do Paraná. Temos 300 Municípios com professores que fizeram o curso da VIZIVALE e fizeram pela legislação brasileira, pela LDB, no seu artigo 87, que é o curso em serviço, previsto na LDB. Então, não tem nada de ilegal.

Portanto, o Conselho Estadual de Educação autorizou e o primeiro parecer do Conselho Nacional foi favorável também. Portanto, o Paraná pode e deve solucionar. Por isso, nós apoiamos aqui a lei que foi aprovada, ela recebeu o veto do Governador, mas precisamos apreciar esse veto, derrubá-lo e corrigir essa injustiça feita com milhares de colegas professores do Paraná. Só para citar como exemplo, só a Cidade de Cascavel tem mais de 400 professores com esse diploma precisando de validação.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Obrigado pelo aparte! E tenho certeza, Deputado Lemos, que quando o Governador Roberto Requião vetou, por uma questão de ilegalidade no entendimento dele, ele não tinha a informação, como também não tínhamos informação disso que está acontecendo.

Agora, vejam a situação em que nos encontramos, porque chega um professor e me pergunta: Deputado Péricles, o senhor acha que devo fazer esse curso de Castelo Branco ou não?" E eu não sei o que falar, porque se digo faça, amanhã ele paga, termina o curso e o MEC não valida o curso; estou prejudicando o professor. E se eu digo não faça, ele deixa de fazer e os colegas que fizeram, daqui um ano e meio, têm o diploma reconhecido e eles vão dizer: "Mas como é que o Deputado Péricles me orientou de forma equivocada?" Vejam em que situação ficamos quando um professor me pergunta isso! Não é possível o Estado brasileiro conviver com essa contradição que beneficia setores e prejudica 35 mil professores que fizeram o curso de boa-fé, porque o Conselho havia aprovado.

Então, Deputado Douglas Fabrício, queremos conversar com o Governador Roberto Requião e sensibilizá-lo. Se houve problema com o IESDE, vamos fazer uma CPI depois, porque não estou defendendo interesse do IESDE

em nenhum momento, mas sempre vim aqui defender o interesse dos professores que fizeram o curso e estão prejudicados e desesperados, e nós estamos sendo "queimados", porque ninguém mais acredita, de tanto que nós lutamos e não conseguimos nada. Não é possível!

Temos que agir. É um momento bonito até desse Parlamento mostrar sua autonomia, e vamos também conversar com o Governador Roberto Requião, porque tenho certeza que esse documento vai sensibilizá-lo para achar uma solução definitiva neste caso.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Governador Orlando Pessuti.

Há alguns minutos, às 14h53, concluímos, pelo menos no que diz respeito ao procedimento que esta Casa poderia adotar às denúncias recebidas em relação à cobrança abusiva da taxa de lixo junto com a fatura da SANEPAR.

Concluímos por quê? A Comissão de Defesa do Consumidor, de acordo com o artigo 33, parágrafo 14 do Regimento Interno desta Casa, tem que investigar e analisar as denúncias que envolvam interesses e direitos dos consumidores do Paraná.

Nesse caso específico recebemos a denúncia e, tão logo houve o pronunciamento do Diretor da SANEPAR, não haveria mais nada a se investigar, porque já era fato a ação ilegal da SANEPAR em 55 Municípios do Paraná.

Entendendo a reflexão de inúmeros Deputados, também atendendo o clamor dos Prefeitos que reclamaram dessa iniciativa, entendendo que poderia ser uma iniciativa de cunho pessoal ou individual deste Parlamentar e daqueles que se manifestaram contra essa ação, dentre os quais o Deputado Dobrandino, o Deputado Douglas também e inúmeros outros Deputados.

Na verdade, deixamos bem claro que não poderíamos nos calar, porque era a nossa obrigação por ser uma cobrança ilegal. Mas entendemos também os reclames dos Deputados que traduziram para nós o pensamento de alguns Prefeitos que afirmavam que a cobrança, dessa forma, faz com que a inadimplência seja próxima de zero.

Como afirmou o Deputado Dobrandino, é uma camisa de força, não tem por onde ocorrer. Mas a lei é igual para todos, para as empresas públicas e privadas. Se não tomássemos a iniciativa que tomamos hoje, não teríamos mais como pedir e exigir o cumprimento da lei por ninguém da iniciativa privada.

Por isso, procuramos o Ministério Público, noticiamos a ele não só as denúncias recebidas, como também o acórdão do Tribunal de Justiça do ano passado, que já condenou a SANEPAR à multa de R\$ 10 mil por dia se ela continuasse a cobrar a taxa de lixo da Cidade de Paranavaí. Pois bem, a SANEPAR interpôs recurso especial, mas esse recurso, até hoje, até às 14h53, não tinha efeito suspensivo.

O que pedimos para o Ministério Público e já foi aceito? Para que notificasse a SANEPAR para imediatamente suspender a cobrança em todo Estado do Paraná, e também para, a partir da intimidação da sentença do Tribunal de Justiça, do acórdão do ano passado, pedir a aplicação da multa não só em relação aos consumidores da Cidade de Paranavaí, mas em relação a todos os demais consumidores do Estado do Paraná em que a SANEPAR começou a cobrar depois da emissão do acórdão, porque daí ela estaria desrespeitando o acórdão não só em relação a Paranavaí, mas em relação a todos os demais.

Então, comunicamos a esta Casa, da mesma maneira que deixamos bem claro ao Ministério Público que, tão logo a SANEPAR suspenda a cobrança e se proponha a adotar esse procedimento, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, artigo 39, que diz que tem que ter autorização, a Assembleia Legislativa, especificamente a Comissão de Defesa do Consumidor, estará à disposição para adequar o procedimento à legislação federal em vigor e em especial o Código de Defesa de Consumidor, para que não possamos ver uma empresa cometendo a ilegalidade.

#### O Sr. Chico Noroeste (PR)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria de parabenizá-lo, Deputado Reni Pereira, pela iniciativa levantou este problema aqui no Parlamento Estadual. V. Exa., quando vai pelas vias judiciais, tenho certeza que tem razão. Agora, o que eu percebi, também, é que há uma discussão. É discutível. Ao mesmo tempo que V. Exa. defende a ilegalidade da cobrança, a SANEPAR, por sua vez, se posiciona dizendo que é legal, que a prestação de serviço, a cobrança da taxa de lixo na conta de água e esgoto é legal, não está fazendo nada ilegal. É por isso que cabe, evidentemente, a qualquer Deputado, marcar aqui sua posição e trabalhar de várias maneiras.

V. Exa. está vindo pelo caminho do Judiciário e, ao mesmo tempo, apresentei aqui um projeto de lei que já é público e notório, e que se a Assembleia Legislativa aprovar, e peço o apoio das comissões competentes e também dos Srs. Deputados, acho que esta questão vai ser resolvida com a aprovação de uma lei específica no Estado do Paraná que disciplina, normatiza exatamente isso. A SANEPAR pode cobrar, desde que tenha autorização dos contribuintes e dos consumidores paranaenses.

#### O Sr. Antonio Belinati (PP)

Só uma observação: V. Exa. não defende a ilegalidade da cobrança, V. Exa. está combatendo-a.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Só para concluir, Sr. Presidente. Agradeço.

Como disse o Deputado Belinati, quando fiz a denúncia é porque já existe uma lei em vigor que proíbe essa prática. É uma lei federal. A posição que alguns Deputados desta Casa tomaram, como o Deputado Dobrandino e outros que citei, foi de ser contra essa cobrança da maneira que estava sendo feita. Então, como V. Exa. falou, é lícito a qualquer um apresentar, mas já existe uma lei federal que diz que nenhuma empresa pode entregar ou oferecer qualquer serviço se não for autorizado previamente pelo seu consumidor.

Então, já existe a lei, mas é ilícito apresentar, tanto é que existe a lei, como eu falei, o Tribunal de Justiça, não foi uma decisão monocrática, já setenciou através de um acórdão que a lei não projete essa prática.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, a pedido do Deputado Waldyr Pugliesi, registra a presença do Prefeito Deodato Matias, de Arapuã; dos Vereadores Daniel Cruzeta e Valdecir de Vicenti, também Vereadores lá de Arapuã. Sejam bem-vindos à Casa.

Último orador inscrito na Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

### *Liderança da Oposição: Deputado Douglas Fabrício (PPS)*

#### O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar também o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti.

Uso o horário da Liderança da Oposição para falar de um requerimento da Oposição, datado de 17 e 18 de novembro. Foi discutido e aprovado nesta Casa. Vou ler o requerimento, são sete questionamentos e até hoje não recebemos as informações deste requerimento.

(Lê):

#### “REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro e ao Diretor-Presidente da COHAPAR, Sr. Rafael Greca de Macedo, informar:

1. Quais as empresas contratadas nos últimos cinco anos pela COHAPAR para cobertura do seguro imobiliário? Quais as respectivas corretoras?

2. Quantas licitações foram realizadas? Houve prorrogação do período de cobertura inicialmente licitado? Qual o valor contratado em cada contrato? Em caso de prorrogação, o valor contratado sofreu alteração? Quanto?

3. Qual a cobertura contratada em cada contrato e qual o valor do prêmio correspondente?

4. Quando vence o contrato hoje em vigor? Haverá prorrogação ou será procedida uma nova licitação?

5. Em cada contrato, informar quais as garantias de execução oferecidas pelas seguradoras vencedoras da licitação. E, em caso de prorrogação do contrato de seguro, houve também a revalidação da garantia de execução do contrato de seguro? Juntar as apólices e os respectivos contratos.

6. Ocorreram sinistros durante a vigência do(s) contrato(s)? Em caso positivo, a seguradora honrou com todos os compromissos contratuais?

7. A participação no certame licitatório ficou restrita somente à empresas seguradoras que já tivessem dado cobertura a contratos do Sistema Financeiro de Habitação e de Habitação Popular, inobstante idôneas e tradicionais no mercado de seguros em geral?

Sala das Sessões, em 17/11/08.

(a) BANCADA DA OPOSIÇÃO”

Então, esses questionamentos são de novembro, Sr. Presidente, o requerimento é assinado por diversos Deputados da Bancada de Oposição, e até o momento não recebemos a resposta. Pelo nosso Regimento teríamos um prazo de 30 dias para que esse documento fosse respondido. Então, é um requerimento do ano passado, já estamos no mês de março e ainda não chegaram as informações para nós. Pode até parecer um pouco chato, o Deputado de Oposição fica cobrando, mas o nosso trabalho aqui na Assembleia é justamente esse, é fiscalizar, é trazer as informações para poder dar satisfação à população. E essas informações são importantes para deixarmos claro a situação da COHAPAR no Paraná. E ainda, no momento em que ouvimos falar de um projeto do Governo Lula, de construir 1 milhão de casas populares, e que o Paraná tem interesse - nós naturalmente apoiamos que muitas dessas casas sejam construídas aqui no nosso Estado do Paraná - gostaríamos que essas informações viessem para que possamos dar satisfação à população. Deixar esse registro, que ainda não recebemos a resposta desse requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente, e contamos com o seu apoio para que tenhamos as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos solicitar ao Sr. 2º Secretário para que nos ajude nesse expediente para que, efetivamente, seja respondido. E à Liderança do Governo também.

### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Ofício s/n, subscrito pelo Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, em função de compromissos assumidos anteriormente com lideranças partidárias no interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicações nºs 199, 201 e 202/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado que seja viabilizado ônibus escolar para os respectivos Municípios: Ventura de São Roque, Barracão e Antonio Olinto. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 200, 203, 204, 205, 208 e 209/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Governador do Estado que seja destinada uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança para os respectivos Municípios: Bom Sucesso, Clevelândia, Balsa Nova, Amperé, Cambira e Coronel Domingos Soares. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 206, 207 e 210/09, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente, sugerindo à Sra. Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Governador do Estado que seja destinada uma unidade da Biblioteca Cidadã para os respectivos Municípios: Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Cambé. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 211/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado a construção de uma capela mortuária no Município de Pérola d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 212/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de uma kombi para o Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nº 213, 215 e 217/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de um ônibus escolar para os respectivos Municípios: Quinta do Sol, Jussara e Paçandu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 214/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de uma viatura para o Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 216/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a doação de uma ambulância para o Município de Peabiru. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 218/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social e ao Sr. Governador do Estado, que sejam destinados recursos para o Município de Mandaguaçu, para a construção de um salão comunitário no Conjunto Residencial Aldo Aquaroni. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 219/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Criança e da Juventude, a construção de um Centro da Juventude em Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 220/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Presidente da COHAPAR a construção de casas populares no Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de três, de autoria do Deputado Professor Lemos, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Quero fazer o registro da presença do Sr. Vice-Governador, o sempre nosso Deputado e Presidente desta Casa, Orlando Pessuti, que fará uso da palavra dentro de alguns instantes, tão logo tenhamos votado o item um da pauta desta Sessão. Até agradeço ao Sr. Vice-Governador pela gentileza de aguardar a votação dessa Proposta à Emenda da Constituição do Estado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Quero fazer uma questão de ordem à Mesa Executiva, porque estaremos votando o primeiro item que é a PEC do Emprego. Inclusive teve meu apoioimento, votei a PEC do Emprego mediante a possibilidade de oferecer uma emenda. Uma emenda simples, mas clara, que poderia auxiliar inclusive a proposta. Pois bem, segundo o Regimento Interno, abre-se um prazo de três dias após a publicação em Diário Oficial da PEC. Acontece que a Comissão Especial foi formada apenas no dia 17, ou seja, após os três dias do prazo estabelecido em lei.

No artigo 195 do Regimento Interno fala o seguinte: *aplica-se à Proposta de Emenda à Constituição que não colidirem com os expostos nos artigos anteriores, às disposições regimentais relativas ao trâmite a apreciação de projetos de lei.* Portanto, esperei a publicação do parecer, que aconteceu ontem, aqui no plenário, para poder fazer o oferecimento da emenda corretiva à PEC do Emprego. Porém, Sr. Presidente, infelizmente não consegui apresentar esta emenda.

Gostaria muito de ter a opinião da Mesa Executiva, porque acho essencial a emenda para o projeto. Sem a emenda o projeto fica, na minha opinião particular, prejudicada. A emenda trata inclusive de assunto a respeito de empresas de grande porte, empresas que praticam a demissão coletiva. com mais de 100 funcionários, por isso que fiz a emenda.

Gostaria de saber a opinião da Mesa Executiva sobre esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, num primeiro momento, Deputado Marcelo Rangel, cumprimentá-lo pelo mérito da emenda de V. Exa. Realmente a emenda é meritória, mas não há, infelizmente, e podemos aí procurar outros mecanismos para que V. Exa. apresente. Mas não através da emenda. Infelizmente não há como a Mesa acatar uma emenda nessa altura do campeonato, não tem como. A emenda constitucional percorreu todos os trâmites legais, recebeu, foi publicada, abriu-se o prazo subscrito na forma da Constituição. Hoje a Mesa não tem mais como receber a emenda. Recomendaríamos, principalmente por conhecer o teor da emenda, que seja apresentada não uma emenda, mas uma nova PEC para que seja complementada, ou receber até mesmo como um projeto de lei. Pode. Mas receber a emenda, neste momento, não podemos acatar.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Poderia apresentar um projeto de lei, ok! Isso para mim já é uma boa resposta. Vamos fazer um projeto de lei para tentar corrigir a emenda.

Agradeço pela atenção, Sr. Presidente.

## Discussão/Votação

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 1ª Discussão (PEC)

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/09, Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que acrescenta artigo 147-A na Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. (Publ. no DA nº 005/09, de 10/02/08, em Proposta de Emenda Constitucional e no Avulso de 05/03/09).

Em discussão, em votação. E a votação será através do nosso painel.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) **(Para Encaminhar)**

Caro Presidente; também nosso ilustre visitante, Vice-Governador Orlando Pessuti, que nos honra com sua presença nesta Casa; demais colegas.

Coube a este Deputado, Professor Lemos, relatar esta importante medida que é a PEC 14, denominada de PEC do Emprego. O que estamos fazendo com essa PEC? Acrescentando ao artigo 147 na Constituição do Estado do Paraná, para manter os incentivos fiscais, manter com estímulo, através de créditos, as empresas do Paraná. Mas, na contrapartida a Constituição autoriza o Governo do Estado do Paraná a exigir, a título de compensação, a manutenção dos empregos formais.

Neste momento em que a crise ronda o mundo todo, já chegou no Paraná e gerando desemprego, nós podemos e devemos votar urgentemente esta mudança que deve ser apreciada aqui na Assembleia, para que possamos dar tranquilidade aos empresários. Mas também garantir o emprego e estimular a proteção dos empregos.

Essa Proposta de Emenda Constitucional já tem reflexo fora do Paraná, já tem reflexo nacional.

O Presidente Lula, na semana passada, tomou uma medida importante que foi criar uma linha de crédito para as lojas de automóveis usados. Aqui no Paraná mais de 5 mil empresários desse segmento serão beneficiados com uma linha de crédito, com juros subsidiados e com um tempo elástico para a devolução desse empréstimo. E, na contrapartida, a exigência do Governo Federal é a manutenção dos empregos dessas lojas de automóveis usados.

Então, esse projeto, aqui no Paraná já gera debate nacional. Portanto, é uma medida importante que estamos tomando. É louvável que essa PEC tenha sido protocolada aqui na Assembleia. E que nós, na Comissão Especial, por unanimidade, aprovamos não encontrando nenhuma objeção.

Ficamos, evidentemente, aguardando sugestões dos demais Deputados, não recebemos nenhuma outra sugestão. Portanto, foi essa PEC que foi analisada por nós, e então solicitado aos demais Pares, na comissão, que votassem favoravelmente.

E aqui falo também pela nossa bancada, dos Deputados do PT, nós somos favoráveis, vamos votar na primeira votação, vamos votar na segunda votação, quando ela retornar aqui neste plenário. E vamos depois trabalhar na regulamentação dessa importante medida para os empresários e especialmente para os trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná.

#### O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, o meu encaminhamento pode até ser considerado uma questão de ordem em função do conflito que estamos contando aqui entre o parecer do projeto, iniciativa do Deputado Romanelli, é louvável, é justo e tem uma função principal, que é exatamente estabelecer um compromisso das entidades, empresas que recebam incentivo fiscal do Governo, de ampliar e manter os postos de trabalho. Isso está muito claro no parecer da comissão que analisou, onde temos aí, vou ler conforme está escrito no parecer da Comissão Especial da Reforma da Constituição, que diz o seguinte, no parágrafo 3º: A

*intenção legislativa está revestida de mérito, pois os legisladores buscam constitucionalmente garantir que os incentivos, benefícios fiscais e creditícios às empresas, sejam efetivamente realizados desde que essas empresas beneficiadas assumam o compromisso de gerar empregos e de manter os atualmente existentes.* Ou seja, no parecer da comissão para mim ficou muito claro que existe um compromisso não somente de manter os postos de trabalho, mas sim de ampliá-los, mesmo que fosse um emprego, para fazer justiça a tantas empresas que estão sem receber nenhum incentivo fiscal mantendo os seus postos de trabalho.

Então, creio que na redação final pudéssemos, até em função desse parecer, substituir “ou” por “e”, conforme está no parecer, para que o projeto realmente atenda, de forma clara, o parecer da Comissão Especial de Reforma, e desta forma torne justo àqueles que vão receber incentivo, que devem, sim, estabelecer um compromisso e ampliar os postos de trabalho e manter os existentes.

É nesse sentido que consulto V. Exa. se é possível. É evidente que somos favoráveis ao projeto, é um projeto muito interessante e justo. Consulto V. Exa. se isto pode ser corrigido na redação final ou não.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., mas não tem como alterarmos aqui o projeto, nem da Comissão de Redação Final. Porque estamos votando aquilo que está escrito. Portanto, Deputado Strapasson, vamos ter duas votações. Não cabe mais emenda. Ou sim, ou não.

#### O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Coloco voto favorável, mas com a condição depois de propor um ajuste posterior, em uma outra emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado.

Vai se proceder à votação.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar?

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, que encaminha contra. Tivemos dois encaminhamentos a favor.

Consulto se mais algum Deputado quer se inscrever, para encaminhar. O Deputado Reni Pereira encaminha contra.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento o nosso Vice-Governador, que está dando uma entrevista.

Deputado Pugliesi, autor da PEC, e Deputado Romanelli. A intenção de V. Exas. é boa, vem em um momento oportuno, que a crise se abate sobre o País e na nossa economia. Mas essa PEC é um jogo, na minha interpretação, de faz de conta. Eu faço de conta que aprovo uma lei e o Governo faz de conta que vai aplicar. Ela não tem aplicabilidade.

Tenho certeza absoluta que nos compromissos firmados com as empresas que receberam benefícios do Governo para se instalarem no Paraná, e V. Exa. foi objeto de nossa discussão, elas, o Governo do Estado está protegido pelo teor desta PEC, que já está no compromisso, Deputado Romanelli, mesmo que não tivesse o compromisso firmado entre as empresas, que receberam o benefício. Pergunto a V. Exa. Exa.: PEC do Emprego. Nós só vamos segurar emprego neste País, se soubermos trabalhar com a crise.

Quero me somar ao discurso do Deputado, Líder PT, Paulo Lemos, quando ele diz que a medida do Governo Federal, ao diminuir o IPI, aqueceu a economia no setor de automóveis. Mas por outro lado quero discordar do Lemos, quando ele diz que o Governo Federal colocou recursos à disposição, para financiar os carros usados. Isso não deu resultado. A do IPI sentimos que deu resultado.

Qual é o resultado desta PEC? Aprovada aqui na Assembleia, sancionada, tem que se aplicar. Vamos imaginar que uma empresa não está conseguindo comercializar o seu produto. Essa empresa então será obrigada a se manter funcionando e produzindo, porque não pode demitir. O que vai fazer a empresa não demitir funcionário? Ela poder comercializar. E a melhor forma de comercializar é a ação firme do Governo. Como o Governo fez no caso do carro novo, diminuindo o IPI, o que poderíamos estar discutindo aqui? Quais as medidas que o Governo do Paraná estaria tomando para incentivar o consumo? Diminuindo o ICMS, diminuindo o IPVA. Agora, esta PEC - há já um velho chavão de que há leis que aprovamos e elas pegam, e há leis que você só aprova e ela nunca mais vai ser lembrada. Esta PEC, veja, estamos alterando a Constituição do Estado. Esta PEC vamos aprovar - eu vou votar contra - e nunca mais vamos ouvir falar dela. Só vamos ouvir falar agora nas duas votações e nunca mais, porque é algo que não é executável, não vai para a prática, não traz nenhum resultado.

Quero só confirmar aqui que a Federação das Indústrias do Estado mandou um documento para os Srs. Parlamentares, até recebi do Deputado Scanavaca, em duas frases resume tudo, que diz o seguinte: "A opinião dos Srs. Deputados à presente proposta de PEC nº 014/09, parece preparar para conduzir-nos a aprofundar os efeitos negativos da crise sobre a produção corrente, sobre os novos investimentos e sobre o emprego dos trabalhadores". É o que eu disse outro dia aqui.

É uma barreira que estaremos estabelecendo para que quando o investidor queira escolher um Estado da Federação para investir, o Paraná tenha mais uma barreira para não se estabelecer aqui.

Ninguém é contra a proteção de emprego. O que não podemos ser favoráveis é alterar a Constituição num jogo que certamente não será respeitado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, a questão de ordem formulada pelo Deputado Marcelo Rangel, a ponderação feita pelo Deputado Strapasson e certamente alguns outros oradores que ainda farão uso da palavra nesta Sessão. Certamente que já vieram conversar comigo, fizeram algumas considerações e eu, no encaminhamento desta votação, quero, única e exclusivamente, resgatar aquilo que na minha avaliação é a essência desta PEC do Emprego. Ela foi batizada desta forma pelo relator, o Deputado Professor Lemos, porque a essência dessa PEC foi definida como uma idéia dita pelo Governador Requião. A PEC foi escrita pelo Secretário da Fazenda, o tributarista Heron Arzua e foi apresentada por mim, mas na verdade foi apresentada pela bancada de sustentação do Governador Requião nesta Casa, e grandemente apoiada por muitos dos Deputados da Oposição.

Por que foi apoiada, Sr. Presidente? Porque todos reconhecem que vivemos um momento de crise estrutural, de um modelo de desenvolvimento sustentado no consumo. O mundo vive uma grande crise, o chamado derretimento da economia norte-americana, dos fundamentos da economia neoliberal. Seguramente o mundo não é e não será mais o mesmo de um modelo que, pelo menos nos últimos 50 anos, se procurou depois do fim do Welfare State, do modelo de bem-estar social que acabou prevalecendo, quando no final da década de 40 Hayek formulou os princípios do neoliberalismo.

Ora, temos que reconhecer que aqui no Estado do Paraná temos uma legislação estadual que ainda a primeira lei foi de autoria do nosso sempre saudoso Deputado Anibal Khury e que foi sancionada pelo Governador Requião. Na esteira da primeira lei de incentivo fiscal do Paraná vieram as outras legislações e decretos que também formulam toda uma estratégia de desenvolvimento do Estado do Paraná. É um tema absolutamente recorrente para todos nós, é que justamente na ponta daquilo que podemos chamar do primeiro aspecto positivo é a idéia de vincular a concessão de benefícios fiscais a uma contrapartida do contribuinte, que é o beneficiário. Normalmente o contribuinte está acostumado a receber benefícios fiscais sem qualquer compromisso para com a sociedade. O que acaba por desconfigurar o sistema tributário, pois os contribuintes com maior capacidade econômica pressionam os Governos para terem benefício. E quem acaba arcando com a conta é a sociedade, que passa a ter um peso fiscal maior.

O que acabei de ler aqui, de um tributarista, que aliás foi meu professor, Otávio Campos Fisher, que me fez uma série de considerações tanto do aspecto positivo quanto negativo desta PEC. O segundo aspecto é a demonstração que o Governo dá, de proteger o trabalhador durante especialmente um período de forte crise como estamos passando. E se de um lado a sociedade precisa de incentivo para continuar desenvolvendo as atividades econômicas, do outro lado precisam do emprego. Ora, com a PEC passaremos a ter um princípio constitucional que ilumina toda a legislação estadual e que ressalva aquilo que é definido pelo CONFAZ, que estabelece o regramento constitucional federal, quais são as isenções e benefícios fiscais, inclusive sobre ICMS e outros tributos, que são de regramento constitucional federal. Ao mesmo tempo a legislação estadual é nossa, nós que definimos e podemos definir. Como todos nós sabemos, regra não retroage, ao mesmo tempo ilumina a legislação estadual.

Estamos criando aqui um princípio que é indiscutivelmente uma regra de eficácia plena, ao mesmo tempo a expressão ou, ela está formulada no sentido de poder dizer o seguinte: o que queremos é manter os empregos atuais ou ampliar quando se outorgam benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, como funciona essa regra: por empresa que desliga o seu empregado por justa causa, ou mesmo sem justa causa, mas o desliga por uma questão de gestão? Não, não é esse o destinatário dessa norma. Destinatário é aquele que recebeu benefícios, incentivo fiscal ou creditício e demitiu em massa. A comunicação necessariamente terá que ser feita pelo Sindicato dos Trabalhadores, que é o melhor fiscal da aplicação dessa norma legal, desse princípio constitucional.

Por isso que peço o apoio de todos para que possamos ter um princípio constitucional moderno e que seguramente é garantidor do emprego do povo paranaense. Porque não dá mais para abrir impostos para poder colocar muito dinheiro para algumas empresas, e na primeira marolinha, como diz o Presidente Lula, essa empresa sai demitindo. Isso é que não podemos aceitar.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Peço o apoio para que possamos votar essa PEC do Emprego.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, o bloco que eu faço parte, em princípio decidiu apoiar a PEC do Emprego, até porque o nome é sugestivo. Mas confesso que analisando um pouquinho mais amiúde, comecei a ficar preocupado e vou levar essa preocupação e pedir a liberação do bloco para que, no máximo, eu consiga me abster. Isso porque, Deputado Elton Welter, Deputada Cida Borghetti, Deputado Rossoni, aqueles Deputados que fazem parte de regiões que sofreram uma transformação da agricultura para a fase de agroindústria, sabem o quanto é importante

o papel das cooperativas, das agroindústrias, na geração de emprego. E está muito genérico o termo aqui: revê incentivo e benefícios fiscais. Acontece que os benefícios nós temos o diferimento, Deputado Pastor Edson, que vale não em relação à empresa, mas em relação a algumas operações. Todas as cooperativas, as agroindustriais do Paraná têm boa parte dos seus produtos com diferimento dentro do Estado. Quando sai do Estado, tem também uma redução da base de cálculo.

Agora, como vamos condenar essa agroindústria? O Malar, por exemplo, da nossa região, se não fecha um contrato com os Estados Unidos ou com a Europa, por conta da crise que é mundial, não é aqui, ela vai demitir 20 funcionários do seu frigorífico e daqui a pouco vai afetar todas as suas operações comerciais aqui dentro.

Eu sei, é bem verdade, alguns Deputados falaram na regulamentação, tratamos disso, mas é muito perigoso aprovarmos uma emenda constitucional e depois tentarmos dizer: não, mas essa regra não se aplica.

Na verdade como o Deputado Rossoni colocou aqui, estamos fazendo o inverso. Enquanto a maioria dos Estados podem ter certeza que vão ampliar os benefícios tentando atrair o emprego, nós vamos colocar uma força para que o empresário não demita por causa de um benefício que ele possa ter. Um benefício de um regime especial é uma coisa, mas acontece que existe uma série de outros benefícios que são em virtude de atividades econômicas, não são em virtude de uma empresa. Daqui a pouco, vamos estar condenando setores importantes do Estado do Paraná, em especial o agroindustrial, por conta daqui a pouco de algo que é objetivo, mas não sabemos. Perguntei para o autor da PEC se essa PEC tinha o endereço e aí seria fácil, conseguiríamos colocar, como sugeriu o Deputado Marcelo Rangel, empresas acima de tantos empregos.

Gostaria, mas sei que não é possível, que pudéssemos discutir um pouco melhor. No termo benefícios fiscais existem muitas empresas, microempresas que indiretamente recebem benefícios. Os benefícios, não necessariamente, são concedidos para uma empresa. Pode ser para uma categoria, como já tivemos nesta Casa uma lei reduzindo a base de cálculo da carne. Daqui a pouco, um frigorífico que tinha 90% das suas operações vinculadas à exportação, cancelam grande parte dos contratos e vai ter que manter, durante um ano, dois anos, ao contrário do Brasil, que aqui é uma marolinha só lá por cima, já acabou a crise, no mundo a expectativa é que demore um pouquinho mais.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

A grande política fiscal do Governo do Paraná é para a micro e pequena empresa. Essa PEC é discutível se não pega a micro ou a pequena empresa.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Com certeza! É esse o questionamento que faço! A própria micro e pequena empresa do Paraná, tem um benefício, em virtude de uma lei estadual que foi, na verdade, adequada com a lei nacional, a Lei nº 123.

Mas ela conserva alguns benefícios próprios no Paraná que não estão no CONFAZ. E a única ressalva que tenho aqui, são os benefícios do CONFAZ.

É um perigo muito grande aprovarmos uma regra constitucional, genérica, que daqui a pouco não estamos sacrificando empresas, mas setores da economia.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A discussão hoje é a PEC do Emprego, que recebeu o meu apoio. Acho importante também a Assembleia Legislativa se envolver nesse assunto e tentar assegurar os empregos dos trabalhadores paranaenses.

A PEC está muito genérica, muito aberta, e é aí que está a minha preocupação. O Deputado Reni falou muito bem aqui da tribuna. Existem pequenas empresas com 10, sete, seis funcionários que recebem benefícios fiscais. Existem mercadinhos de bairros, açougues, que também recebem esses benefícios.

Segundo a lei, a PEC, essas empresas podem perder os incentivos fiscais. Por isso que gostaria de apresentar uma emenda. Assinei a PEC do Emprego justamente para poder apresentar uma correção. Para fazer com que a PEC seja estabelecida somente para empresas de médio porte. Empresas realmente que recebem benefícios fiscais gigantescos. Essas empresas que têm 200, 300, 500 funcionários que se estabelecem no Paraná e recebem benefícios, às vezes recebem até terras para que se estabeleçam no nosso Estado.

Aí sim, acho interessante, porque a partir do momento que essa PEC é aprovada, essas empresas teriam a responsabilidade, através de estudos técnicos elaborados, de manter esses empregos até o momento em que estão recebendo os seus incentivos, os benefícios do Governo do Estado. É uma contrapartida. Acho isto excelente.

Por isso é que estou encaminhando uma nova PEC, justamente para corrigir este defeito. Não posso votar a favor se a PEC tem algumas incorreções que julgo que possam inclusive desfavorecer o cidadão paranaense. Principalmente as empresas.

Fiz a PEC com a seguinte súmula: “A exceção do disposto na Constituição Federal, os incentivos e benefícios fiscais e creditícios serão outorgados à empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter postos formais de trabalho, estando sujeitas à perda do benefício as empresas que efetuarem” - e agora, sim, atenção - “demissões coletivas”. Demissões coletivas acima de 100 funcionários.

Aí estaremos corrigindo, realmente, a Proposta de Emenda Constitucional. Portanto, neste momento, tenho 12 assinaturas. Preciso de apenas mais quatro assinaturas dos nobres Parlamentares. Se eu conseguir as quatro assinaturas, dou entrada a nova PEC para corrigir a Proposta de Emenda Constitucional do Emprego, que está sendo

votada hoje. Aí sim, terei a possibilidade de votar a favor da PEC, porque sei que ela não irá prejudicar as pequenas, micro e médias empresas. Aí terei total liberdade para votar a favor do Estado do Paraná.

Portanto, Srs. Deputados, gostaria muito, se pudesse conseguir as quatro assinaturas restantes para a PEC, para começarmos a tramitar a correção da PEC do Emprego. Acredito que teremos um grande avanço, um avanço significativo para sustentar os empregos das grandes empresas do Estado do Paraná.

Era isto o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz a esta tribuna é uma grande preocupação com a PEC do Emprego, assim carimbada pelos governantes do nosso Estado do Paraná. Através dela, as empresas não poderão mais mandar seus funcionários embora, caso ela receba incentivo fiscal do Governo do Estado do Paraná.

Se olharmos o passado recente, podemos ver que várias empresas receberam incentivos do Governo do Estado. Começando pelas grandes empresas, que decidiram, num passado próximo, instalar-se no Estado do Paraná para que aqui pudessem produzir e naturalmente gerar riquezas e empregos dentro do nosso território. Por que ela decidiu? Por causa de incentivos fiscais que foram oferecidos pelo Governo do Estado do Paraná. Citar um exemplo: a postergação no pagamento do ICMS.

Aqui dentro da Assembleia Legislativa, periodicamente votamos projetos de lei para poder diminuir a alíquota do ICMS para vários segmentos produtivos do nosso Estado do Paraná. Também votamos, discutimos e ouvimos um grande discurso político eleitoral do próprio Governo do Estado, com uma atitude muito importante que ele tomou, na minha maneira de ver, que foi a isenção do ICMS para as microempresas do Estado do Paraná.

Muito bem, agora, com essa PEC, o que nós vamos ver? Empresas que estão passando por dificuldades, não por problemas da economia brasileira, mas sim da economia mundial, que não conseguirão mais vender os seus produtos e, naturalmente, se essas empresas receberam qualquer benefício fiscal por parte do Governo do Estado, não vão poder demitir os seus funcionários.

Você que está nos assistindo em casa, imagine que você tem um pequeno negócio você recebeu de uma forma ou de outra um incentivo fiscal por parte do Governo, quem sabe seja uma microempresa, e recebeu isenção de ICMS. Então, se a empresa recebeu algum benefício por parte do Governo do Estado e se inviabilizou porque não consegue mais vender os seus produtos, seja da parte de confecção, que dias atrás votamos uma modificação na legislação para que pudesse levar um



benefício fiscal à empresa que produz roupas de confecções no Estado do Paraná, e se caso ela vier a não vender mais e tiver que demitir os seus funcionários, ela não vai poder, porque a modificação que estamos fazendo na Constituição proíbe a demissão.

Daí me pergunto, Sr. Presidente e Srs. Deputados: o empresário proprietário da empresa, da confecção, da microempresa, da média e da grande empresa, vai pagar como os seus funcionários? Vai vender o seu patrimônio, vai vender o seu carro, a sua geladeira, o terreno onde está a sua empresa? E para quem?

Então, na verdade é uma incoerência que estamos votando neste momento, como se ela viesse a ajudar a economia a crescer, a se desenvolver e a gerar novos empregos. Mas, dentro dessa forma de analisar, conversei com o Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa e ele é radicalmente contra esse projeto de lei, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná mostra a sua preocupação em cima dessa mudança na Constituição, porque vai engessar e eles dizem que essa não é a forma de ajudar as empresas a gerarem empregos perante essa crise que tomou conta do nosso planeta. O que se pode fazer é a diminuição de impostos para que elas possam sobreviver, competir, produzir e gerar mais empregos no nosso País.

O meu voto é contra, Sr. Presidente, acompanhando as entidades representativas do comércio e da indústria do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria que V. Exa., naturalmente, observando o Regime Interno da Casa e na condição de autor, embora autores sejam todos aqueles que assinaram essa Proposta de Emenda Constitucional, quero dizer que é muito perigoso, quando eu ouvia um Deputado com o preparo, com a experiência e com a inteligência do Deputado Plauto, da tribuna desta Casa falar que quem está ameaçada pela PEC é a microempresa. Ora, Exa., a norma legal tem uma inteligência que, sinceramente, é só ler o texto. E queria chamar a atenção do Deputado Plauto e dos outros Srs. Deputados, porque diz o seguinte: “Os incentivos e benefícios fiscais e creditícios serão outorgados a empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter...”. Assumir compromisso é assinar contrato. Quando a microempresa recebe benefício fiscal não assina contrato algum, mas só se beneficia daquilo que votamos aqui nesta Casa, e da mesma forma a empresa que recebe crédito tributário. Ora, quando se outorga crédito não tem contrato, e quando não tem contrato não se aplica, não tem eficácia plena o que estamos votando.

Estamos falando aqui das grandes empresas que recebem os grandes benefícios do Estado e que tem, sim, que manter, tem que assinar contrato, e no contrato tem que manter o emprego, porque senão não podemos continuar dando crédito tributário, abrindo mão de imposto para as empresas, as grandes empresas.

Não dá para misturar as coisas. Só para poder esclarecer, porque sinceramente, tempo dois meses para discutir o tema, e infelizmente não se lê justamente aquilo que está escrito na inteligência da norma, sinceramente, para a empresa que assina contrato para receber incentivo, ou benefício fiscal, esse sim vai ter o compromisso de manter o emprego. Não atinge microempresa, não empresa, o frigorífico, o exemplo que o Deputado Reni Pereira deu, porque não se determina quem é o sujeito, todos aqueles que se enquadrarem são os beneficiários, ponto. Mas nesse caso é para quem assume, para quem tem contrato, para quem assina com o Estado o compromisso de receber o benefício fiscal, mas ao mesmo tempo de criar e manter emprego.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Me parece que o argumento do Deputado Romanelli está se evaporando com o encaminhamento dos Parlamentares que são contra a PEC. Porque a PEC, como encaminhamos, ela não é exequível, é uma PEC que não poderá ser aplicada. Estamos votando essa PEC olhando na Renault, o olhar do autor da PEC é olhando na Renault, olhando as grandes empresas. E estamos votando contra Deputado Plauto, olhando as pequenas empresas. Quer dizer, uma pequena empresa que num momento da crise econômica tenha que se adequar ao momento, ela poderá passar por uma dificuldade, mas logo ali na frente ela poderá recuperar a sua estabilidade. E da forma que estamos fazendo aqui, estamos tratando toda as empresas de forma igual.

Se o Deputado Romanelli, na verdade, acha que ainda merece debate, merece estudo, eu concordo com ele; agora, vamos votar contra, porque não podemos mudar a Constituição pensando só num setor; temos que pensar nas pequenas e médias empresas que são as grandes geradoras de emprego.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A votação do item 01 - 1ª discussão da Proposição nº 014.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de requerer chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito que seja zerado o painel. Srs. Deputados digitem a sua senha.

Os Deputados Valdir Rossoni e Durval Amaral não digitaram suas senhas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estamos em tática regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vou voltar a insistir no seguinte: o Deputado Valdir Rossoni encaminhou a votação e não pode se isentar, está presente. Os Deputados que encaminharam não podem se ausentar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

É um direito do Parlamentar. V. Exa. pode proceder à votação com os que estão aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Por favor, temos que ir de acordo com o Regimento.

Temos 42 Srs. Deputados.

Os Deputados que forem favoráveis deverão votar com a expressão SIM; os Deputados que forem contrários à Proposta de Emenda Constitucional votam com a expressão NÃO.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Antes da votação, só para dizer que conseguimos as 18 assinaturas da nova PEC. Por esse motivo, podemos corrigir a PEC.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um outro assunto. Agora não. Estamos em regime de votação.

Os Deputados que forem favoráveis votam SIM; os Deputados que forem contrários à PEC do Emprego votam NÃO. Votando.

#### (Problemas com o painel eletrônico)

Vamos conferir para que não hajam dúvidas. Não votaram os seguintes Deputados: Antonio Anibelli, Carlos Simões, Dr. Batista, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost e Pedro Ivo.

Quarenta e um Srs. Deputados votaram: 32 SIM; nove NÃO.

**Está rejeitada a PEC do Emprego.**

### **Redação Final**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 507/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que denomina

Prefeito Vendelino Royer o trecho da PR-495, compreendido entre os Municípios de Medianeira e Missal. **Aprovada. (Publ. no DA n° 139/08, de 19/11/08, em Projetos de Lei).**

Quero lembrar a V. Exas., por gentileza, que teremos Sessão amanhã. Faço um apelo aos Srs. Deputados para que estejam presentes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, queria pedir a V. Exa. que os Deputados que não vierem trabalhar na quinta-feira tenham esse dia descontado do seu pagamento. Quem não quiser vir trabalhar, não venha, mas seja descontado do pagamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa. e vamos encaminhar o pedido à Mesa Executiva.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Eu tenho um compromisso amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não importa.

O SR. LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB)

Não vou comparecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Todos nós temos compromissos.

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 043/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores do Distrito de Jaracatiá, com sede no centro comunitário do Distrito de Jaracatiá e foro na Cidade de Goioerê. **Aprovada. (Publ. no DA n° 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 046/09, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 11343, de 17/01/96, que declarou de utilidade pública a Associação Brasileira de Esclerose Múltipla - APAREM, com sede e foro na Cidade de Curitiba/PR. **Aprovada. (Publ. no DA n° 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei).**

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 600/07, que altera dispositivos da Lei Estadual n° 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de serviços distritais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 687/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam extintos, à medida que vagarem, do Anexo III - Tabela 1 - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, do Anexo III - Tabela 2 - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas e do Anexo IV - Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, do Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, os seguintes Serviços Distritais:

I. Cachoeira de São José, do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II. Arapuan, do Município de Janiópolis, da Comarca de Campo Mourão;

III. Água Azul, da Comarca da Lapa;

IV. Herveira, do Município de Nova Laranjeiras, da Comarca de Laranjeiras do Sul;

V. Pérola Independente, da Comarca de Palotina;

VI. Terra Nova, da Comarca de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo IX - Tabela 7 - Extinção de Serviços Distritais após vacância, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, os Serviços Distritais referidos no artigo 1º desta lei, bem como os Serviços Distritais de Guaragi e Itaiacóca da Comarca de Ponta Grossa, estes previstos no artigo 2º da Lei nº 15244, de 05/09/06, onde consta como tabela 6.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14/09/07.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - (CODJ), no âmbito da composição de seus anexos, visando

unicamente a extinção dos Serviços Distritais de Cachoeira do São José, do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; Arapuan, do Município de Janiópolis, da Comarca de Campo Mourão; Água Azul, da Comarca da Lapa; Herveira, do Município de Nova Laranjeiras, da Comarca de Laranjeiras do Sul; Pérola Independente, da Comarca de Palotina; e Terra Nova, da Comarca de São Jerônimo da Serra; bem como retificar o artigo 2º da Lei Estadual nº 15244, de 05/09/06, para fazer constar que no Anexo IX, a tabela ali referida é a 7, ou seja extinção dos Serviços Distritais, após a vacância e não a tabela 6 do mesmo Anexo, extinção imediata dos serviços distritais, como constou.

Tais decisões prendem-se ao fato de que o Exmo. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, bem como os Exmos. Juízes de Direito das Comarcas supracitadas, com base em correções e informações relacionadas às mesmas, constataram em relatórios a desnecessidade de continuidade dos serviços, haja vista as poucas procuras nas localidades, com os baixíssimos números registrados de atendimento ao público nos últimos anos.

Cabe destacar que tais serviços cartoriais, como registro civil de pessoas naturais (certidões de nascimentos, casamentos, óbitos) e tabelionatos de notas (escrituras, procurações, testamentos, substabelecimentos), bem como os atos ou procedimentos relacionados aos recolhimentos de ITBI, FUNREJUS, certidões negativas, etc., continuam disponibilizados aos moradores circunvizinhos nas próprias Comarcas ou nos Municípios próximos que as integram; donde não haverá qualquer tipo de prejuízo para com os atendimentos das populações que deles precisarem.

Saliente-se que em reunião da 4ª Sessão Ordinária, da douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, deste Tribunal de Justiça do Estado, realizada no dia 18/06/07, à unanimidade de votos, deliberou pela aprovação da presente minuta de anteprojeto de lei, visando alteração de dispositivos da Lei Estadual nº 14277/03 - CODJ, com extinção dos Serviços Distritais supracitados. Ainda, em Sessão Ordinária realizada no dia 27/07/07, do egrégio Órgão Especial, à unanimidade de votos, também aprovou esta proposta de anteprojeto de lei, com a extinção destes Serviços Distritais.

Por fim, registre-se que não haverá gastos com a extinção de tais Serviços Distritais.

<p>PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ANEXO III - TABELA 1</p>					
Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
	COMARCA/FORO				

1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba				
	XII Foro Regional de São José dos Pinhais	20	São José dos Pinhais	28	Cachoeira de São José (*)
				29	Campo Largo da Roseira
				30	Colônia Murici
				31	Borda do Campo de São Sebastião
				32	São Marcos
		21	Tijucas do Sul		
LEGENDA					
(*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.					

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2					
Nº	COMARCA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
20	Campo Mourão		Campo Mourão	50	Piquirivaí
			Farol		
			Luiziana		
			Janiópolis	51	Arapuaní (*)
68	Lapa		Lapa	100	Água Azul (*)
			Contenda	101	Catanduva do Sul
69	Laranjeiras do Sul		Laranjeiras do Sul		
			Porto Barreiro		
			Nova Laranjeiras	102	Herveira (*)
				103	Guaraní
				104	Rio do Prata (*)
			Rio Bonito do Iguaçu		
			Marquinho		
93	Palotina		Palotina	138	Pérola Independente (*)
			Maripá		
104	Ponta Grossa		Ponta Grossa	145	Guaragi (*)
				146	Itaiacóca (*)
				147	Piriquitos
				148	Uvaia
122	São Jerônimo da Serra		São Jerônimo da Serra	163	São João do Pinhal
				164	Terra Nova (*)
<b>LEGENDA</b> (*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.					

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	CAMPO MOURÃO - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registro Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de notas
	1º Tabelionato de protesto de títulos, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis
	2º Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais e 3º Tabelionato de notas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Farol
	Serviço distrital de Luiziana
	Serviço distrital de Janiópolis
	Serviço distrital de Piquirivai
(1)	Serviço distrital de Arapuan
	LAPA - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO DISTRITAL
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
(1)	Serviço distrital de Água Azul
	Serviço distrital de Catanduva do Sul
	Serviço distrital de Contenda
	LARANJEIRAS DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos,
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Guarani
(1)	Serviço distrital de Herveira
	Serviço distrital de Marquinho
	Serviço distrital de Nova Laranjeiras
	Serviço distrital de Porto Barreiro
	Serviço distrital de Rio Bonito do Iguaçu
(1)	Serviço distrital de Rio da Prata
	PALOTINA - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Maripá

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
(1)	Serviço distrital de Pérola Independente
	PONTA GROSSA - Comarca de Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	3ª Vara Cível
	4ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	3ª Vara Criminal
	1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de notas
	3º Tabelionato de notas
	4º Tabelionato de notas
	1º Tabelionato de protesto de títulos
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis
	2º Serviço de registro de imóveis
	3º Serviço de registro de imóveis
	1º Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente o 1º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	2º Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente o 2º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
(1)	Serviço distrital de Guaragi
(1)	Serviço distrital de Itaiacóca
	Serviço distrital de Piriquitos

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Serviço distrital de Uvaia
	SÃO GERÔNIMO DA SERRA - Comarca de Entrância Inicial
	FORO JUDICIAL
	Juízo Único
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Santa Cecília do Pavão
	Serviço distrital de Nova Santa Bárbara
	Serviço distrital de São João do Pinhal
(1)	Serviço distrital de Terra Nova
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	3ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o 1º Tabelionato de protesto de títulos
	2º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis



ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	2º Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Tijucas do Sul
(1)	Serviço distrital de Cachoeira de São José
	Serviço distrital de Campo Largo da Roseira
	Serviço distrital de Colônia Murici
	Serviço distrital de Borda do Campo de São Sebastião
	Serviço distrital de São Marcos
(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA	
(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E/OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ	

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
CACHOEIRA DE SÃO JOSÉ	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
ARAPUAN	JANIÓPOLIS	CAMPO MOURÃO
ÁGUA AZUL	LAPA	LAPA
HERVEIRA	NOVA LARANJEIRAS	LARANJEIRAS DO SUL
PÉROLA INDEPENDENTE	PALOTINA	PALOTINA
TERRA NOVA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA
GUARAGI	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA
ITAIACÓCA	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 687/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, pretende alterar o Código de Organização Judiciária, visando a extinção dos serviços Distritais de Cachoeira de São José, do Foro Regional de São José dos Pinhais, Água Azul da Comarca da Lapa, Herveira da Comarca de Laranjeiras do Sul, Pérola Independente da Comarca de Palotina e Terra Nova, da Comarca de São Jerônimo da Serra, bem como a retificação do artigo 2º da Lei Estadual nº 15244/06, que faz menção à tabela nº 7 anexa à lei, quando o correto seria referir-se à tabela nº 6.

Conforme preceitos da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça tem a prerrogativa para legislar nesse caso, conforme artigo 96: *Compete privativamente: ...II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo*

*respectivo, observando o disposto no artigo 169;... d) a alteração e organização judiciárias;*

No mesmo sentido dispõe a Constituição Estadual: *Art. 101 - Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos: I - propor à Assembleia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal;... d) a alteração da organização e da divisão judiciárias; e) a criação e extinção de comarcas, Varas ou distritos judiciários.*

Assim, tendo em vista que o TJ possui competência para dispor sobre a Organização e Divisão Judiciária, bem como para extinguir Comarcas, Varas ou Distritos Judiciários, somos pela constitucionalidade do projeto em tela.

Entretanto, no que tange à elaboração e redação deste projeto, atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98: *A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Desta forma, sugerimos a adoção da emenda supressiva em anexo, para sanar vício formal de elaboração legislativa.

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto de Lei nº 687/07 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais com adoção da emenda aditiva em anexo, sendo que, conclui-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas cidades polo. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 139/08 de 19/11/08, em Projetos de Lei).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 505/08

#### P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Ney Leprevost dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas cidades polo.

Em síntese, a proposição impõe ao Estado do Paraná a obrigação de fazer consistente na garantia do diagnóstico do câncer de mama em todo Estado do Paraná.

Em que pese os relevantes serviços que a assessoria técnica da CCJ tem prestado à Comissão ouso dela discordar nesta análise.

A proposição não interfere na estrutura e organização da Secretaria de Estado da Saúde, portanto, não fere a competência privativa do Chefe do Executivo.

Está plenamente preservada a prerrogativa do Governador estampada no artigo 66 da Constituição Estadual.

É competência do Estado do Paraná legislar sobre a matéria e não está no rol daquelas matérias cuja competência para iniciar é exclusiva do Chefe do Executivo.

A proposição sob análise impõe ao Estado a obrigação de manter uma política de preventiva que está em consonância com o preceito constitucional da dignidade da pessoa humana e ao direito à saúde previsto no artigo 6º da Constituição Federal.

Está também em consonância com o princípio da universalização do SUS.

No mesmo sentido, deve-se dizer que não se está impondo nova despesa ao Estado pois a política pode ser desenvolvida com o orçamento já aprovado sem que implique aumento de despesa.

Pode haver controvérsias quanto ao mérito pois a mesma proposta poderia já estar inserida nas políticas preventivas estatais, mas não cabe a esta comissão adentrar ao mérito.

Matéria de tamanha importância deve ser submetida ao crivo do plenário do Poder Legislativo do Paraná.

Por estarem presentes os requisitos formais e legais, o parecer é pela constitucionalidade da proposição, podendo a mesma seguir seu trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/02/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 505/08

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a garantia do diagnóstico precoce do câncer de mama e do serviço radiológico do tipo mamográfico nas cidades polo.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade. da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de mediada de prevenção e detecção precoce de uma doença assustadora. Todas estas consequências e este dispêndio poderia ser reduzidos radicalmente se diagnóstico desta enfermidade fosse realizado precocemente e isto só é possível com o auxílio de um exame de mamografia.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

DR. BATISTA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 878, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando que seja adiada por 02 (duas) Sessões a votação. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 505/08.

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 857 a 864, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Concedo, neste instante, a palavra ao nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti, pedindo escusas e agradecendo a compreensão por todo o tempo que esperou para falar, mas é que não podíamos interromper uma votação importante como essa da PEC do Emprego. Com a palavra o Vice-Governador, o Sr. Orlando Pessuti.

Solicito aos Srs. Deputados, por gentileza, alguns minutos das suas atenções.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; Sr. 2º Secretário, Deputado Fernando Scanavaca; Srs. Deputados.

Quero, em primeiro lugar, dizer da satisfação que tenho de estar mais uma vez na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná num momento muito importante para o nosso Estado e para o nosso País. Evidentemente que cada um de nós tem que fazer a sua parte, enquanto Estado, enquanto Poder Legislativo, enquanto Poder Executivo Municipal e Federal, no sentido de que medidas possamos adotar para contribuir, para amenizar os efeitos dessa crise internacional que, de certa forma, também prejudica o nosso País.

A razão da nossa vinda hoje à Assembleia Legislativa, além de acompanharmos evidentemente a votação dessa PEC que foi agora votada e que recebeu 32 votos, e precisava de 33, também é por conta desse trabalho que juntos, Governo do Paraná, Assembleia Legislativa, Prefeitura de Curitiba, Federação Paranaense de Futebol, a sociedade civil organizada do Paraná como um todo, estamos fazendo no sentido de viabilizarmos a Cidade de Curitiba e o Estado do Paraná para ser sede da Copa do Mundo de 2014. E fazemos aqui, de certa forma, um relato a V. Exas., porque afinal de contas o Estado do Paraná tinha todo um conjunto de dificuldades e problemas com vistas a conquistar a condição de Cidade e Estado sede da Copa do Mundo.

O primeiro dos problemas que tínhamos era em relação à Federação Paranaense de Futebol, que não mantinha com a CBF uma relação cordial e amistosa. Todos sabemos que o ex-Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Onaireves Rolim de Moura, com o Presidente atual da CBF, Ricardo Teixeira, não mantinham relações de amizade de trabalho, dado a todo o conjunto de problemas da Federação Paranaense de Futebol, em relação a CBF, envolvendo inclusive aquele jogo do Uruguai que aconteceu há duas ou três Copas atrás, no Estádio do Pinheirão.

Tínhamos todo um questionamento que se fazia da CBF do Rio de Janeiro e do comitê, em relação ao relacionamento do Estado com o Município de Curitiba. Todos imaginavam que não seria possível, mesmo e apesar das divergências de ordem político-partidária do Governador e do Prefeito Municipal de Curitiba, que não seria possível construirmos um trabalho harmônico e convergente em favor da nossa Cidade, como sede da Copa do Mundo.

Demonstramos que era possível, trabalhando com o Vice-Prefeito Luciano Ducci, o Governador Roberto Requião, o Prefeito Beto Richa e com os dirigentes do Atlético, do Coritiba e do Paraná, do J. Malucelli, do Trieste, do Londrina, enfim, de todas as equipes de futebol.

Hoje estamos tendo o apoio de todas as equipes que participaram da série A, do Iguazu de União da Vitória, do Rio Branco de Paranaguá, do Nacional de Rolândia, do Cianorte, do Paranaíba, do Engenheiro Beltrão, do Toledo, do Cascavel, do Iraty, do Foz do Iguaçu e de todos os times, as equipes que participam do nosso campeonato. Todos estão solidários para que Curitiba seja sede da Copa do Mundo.

Superamos todas as dificuldades. Constituiu-se um comitê. Assinamos todos os termos de compromissos que tínhamos que assinar. Fomos designados Presidente desse comitê. Todos esses documentos foram encaminhados à FIFA, à CBF. Recebemos recentemente a visita do Comitê Organizador da Copa do Mundo, FIFA no Brasil, na Cidade de Curitiba, e 17 Cidades foram visitadas. Estamos esperançosos de que seremos escolhidos como uma das 12 sedes da Copa FIFA do Mundo, em 2014. Eram 18 Cidades postulando, hoje são 17.

Temos certeza que haveremos de ser uma das sedes da Copa do Mundo e de termos condições, dentre todas elas, de sermos uma das melhores, senão a melhor de todas as sedes, por aquilo que representa o Estado Paraná em termos de turismo, com Foz do Iguaçu, os nossos Campos Gerais de Ponta Grossa, os campos de Palmas, a pujança agroindustrial que temos na Metro-Norte, em Maringá, Arapongas, Apucarana e Londrina, passando pelos Campos Gerais de Ponta Grossa, onde através do Clube Operário Ferroviário temos o registro histórico da primeira partida de futebol oficial realizada no Paraná, nessa Cidade.

As belezas naturais que temos nas nossas Serra do Mar, Mata Atlântica, Estrada da Graciosa, as Baías de Antonina, Paranaguá, Guaratuba, Guaraqueçaba e o porto de Paranaguá deverão abrigar, com toda a certeza, ali, próximo à Nossa Senhora do Rocio, padroeira do Estado do Paraná, um berço para atracação de navios, um pier onde poderão atracar navios de turismo e servir para que turistas visitem Paranaguá, Curitiba, a Serra do Mar e assistam os jogos da Copa do Mundo.

Paranaguá também está selecionado um dos 65 endereços turísticos, que deverão ser vendidos durante a Copa do Mundo - FIFA, 2014. E durante a Copa das Confederações, em 2013. É bom que se diga que a Copa do Mundo vai acontecer em 2014, mas já está rendendo e trabalhando, desde agora, no ano de 2009, 2008, 2007, quando tudo começou a ser trabalhado. A Copa das Confederações, em 2013, certamente terá que realizar jogos aqui em Curitiba, porque os jogos terão que ser em estádios que já estejam em condições. E o Estádio Joaquim Américo, que já tem metade da sua obra pronta, deverá ser um dos primeiros prontos e acabados. Das oito seleções que virão para a Copa das Confederações, porque vem uma de cada continente, mais as duas campeãs e mais a seleção do Brasil, que é o País que irá sediar a Copa. Teremos oito seleções em 2013 vindo ao Brasil para a Copa das Confederações, e isto será muito bom.

Curitiba, a Região Metropolitana, o Paraná, a nossa querida Foz do Iguaçu, não só por Itaipu, pelas Cataratas, pelo grande parque hoteleiro que tem, mas Foz do Iguaçu certamente terá que receber melhorias na sua malha urbana e no seu aeroporto. Então, a Copa não é só de Curitiba. Não é porque o estádio sugerido seja do Atlético que não poderemos ter um CT maravilhoso; do Trieste, ali em Santa Felicidade, sendo utilizado por uma seleção para os seus treinamentos; o Xingu, de São José dos Pinhais, já está se estruturando com um grupo de empresários para ali ter um CT em condições de receber uma seleção; o CT Graciosa, do Curitiba Futebol Clube; o CT do J. Malucelli, do Paraná Clube, estão se estruturando e se preparando para que possam receber seleções para treinar. O Estádio Joaquim Américo poderá ser utilizado apenas e tão-somente para os jogos oficiais.

E evidentemente que Ponta Grossa, com uma estrada de pista dupla, poderá também, através do Operário Ferroviário, da Prefeitura, da ação dos nossos Parlamentares que aqui estão e do Prefeito Wosgrau, com o apoio do Governo do Estado, do Governo Federal, da iniciativa privada, ser uma Cidade a sediar jogos. Como Londrina já recepcionou jogos de seleções, como Cascavel também, como Maringá, através da Deputada Cida Borghetti, que já fez essa manifestação, pretende e busca levar para Maringá. Estão fazendo desde já o lobby com a comunidade japonesa para que a seleção do Japão, jogando no Paraná, ou São Paulo, ou Rio Grande do Sul, possa a seleção se estabelecer.

Em Maringá, um CT novo vai ser feito, enfim, é o Paraná inteiro que ganha. São obras de infraestrutura na Visconde de Guarapuava, na 7 de Setembro, na Silva Jardim, na Praça defronte ao Estádio Joaquim Américo. São obras para melhorar o abastecimento de água, para melhorar a questão do esgoto, em que teremos de fazer no Parque Barigui, na Pedreira Paulo Leminski, no Jardim Botânico, locais em que telões serão colocados para que o povo possa ali assistir os jogos. Esses telões poderão estar nos estádios do Paraná Clube, do Curitiba, do J. Malucelli, do Trieste, para fazer grandes concentrações com 50, 100, 200 mil pessoas no mesmo lugar para assistir.

São obras na Avenida das Torres, como aquela que já está acontecendo no cruzamento com a Rui Barbosa, dentro do Programa Integrado de Transporte da Região Metropolitana; como o prolongamento da Marechal Floriano, que o Governo do Estado está fazendo, e a duplicação da ponte do Rio Iguaçu; como a de melhoria na Marechal Floriano, que o Prefeito Beto Richa está fazendo; como a Via Verde, que o Prefeito Beto Richa está fazendo e terá que terminar até o Atuba; como a que o Governo Requião está fazendo na Estrada da Ribeira, obras que poderemos conquistar com o apoio do Governo Federal.

Ontem ainda, conversei com os nossos Senadores Flávio Arns, Álvaro Dias, Osmar Dias e com o Ministro Paulo Bernardo. E devo falar, ainda esta semana, com a

Ministra Dilma, para que os recursos do PAC possam permitir o término do contorno norte de Curitiba, desde a Rodovia da Uva, ali na estrada que vai para Colombo, passando pela Estrada da Ribeira, chegando em Campina Grande e Quatro Barras; a duplicação que todos aguardam de Curitiba - Fazenda Rio Grande - Madirituba; a duplicação de Curitiba - Santa Cândida até a Cidade de Colombo; a retirada de dentro da Cidade do transporte ferroviário. Uma outra obra que é reivindicada, por exemplo, de Itaquí, Balsa Nova, Contenda até Quitandinha, fazendo com que todo aquele eixo possa se desenvolver, todos aqueles veículos que vêm ali do Norte do Paraná, ao chegar ali na Região do Itaquí não precisem vir até o contorno do Juscelino, sair na CEASA e pegar a 116 para ir em direção a Rio Negro; que eles possam ali de Itaquí para Balsa Nova, para Contenda, de Contenda para Quitandinha, chegar à 116.

As obras que vamos fazer no aeroporto. As melhorias que precisamos fazer na rede hoteleira, porque hoje temos a rede hoteleira, mas a Copa das Confederações será em 2013. A Copa do Mundo FIFA será em 2014. Teremos que remodelar e ofertar novas vagas. Teremos que fazer mais pela Saúde. Se o Prefeito Beto Richa está fazendo o hospital do idoso, já fizemos o hospital de reabilitação, estamos fazendo o hospital da criança, ali em Campo Largo. Já inauguramos o hospital em Paranaguá, estamos fazendo o hospital universitário regional em Ponta Grossa. O Prefeito Beto Richa, inclusive com recursos do Estado, construiu centenas de centros de pronto-atendimento em Curitiba. Tudo isso faz com que tenhamos absoluta convicção e certeza de que seremos uma das 12 Cidades que vai sediar a Copa do Mundo.

Com o parque tecnológico que está se instalando na região da Linha Verde, poderemos inclusive sediar toda a mídia de comunicação da Copa do Mundo aqui em Curitiba. Sabemos que não vamos ter o jogo de abertura, que será em São Paulo, e o jogo de encerramento será no Rio de Janeiro. Até porque para isso teríamos que ter um estádio com capacidade superior a 60 mil lugares, e o Joaquim Américo ficará com 41 mil lugares.

Vejam a dimensão que é a Copa do Mundo. Temos recebido todo o pessoal de hotelaria, todo o pessoal do turismo que vem a Curitiba para discutir conosco. Só para vocês terem uma idéia: desses 41 mil lugares que terá que ter o estádio Joaquim Américo, 1 mil e 096 serão cadeiras destinadas a jornalistas, ao pessoal da comunicação. Curitiba, Região Metropolitana, o Litoral e o Paraná serão conhecidos no mundo inteiro.

Tenho certeza e disse isso outro dia, repetindo o que tinha dito o Secretário Luiz Carvalho da Prefeitura de Curitiba: não é a FIFA, não é a CBF que precisa de nós, nós é que precisamos da Copa do Mundo para o Paraná para o Brasil, até para sairmos desse momento de incerteza que a crise coloca na cabeça de todos nós.

Não tenho dúvida de que todos nós que aqui estamos, e aqueles que nos assistem, aqueles que saberão através dos jornais e do rádio, todos nós que estamos aqui

haveremos de nos orgulhar e muito de termos contribuído para mudar a história do Paraná e de Curitiba. Porque tenho absoluta convicção que Curitiba, sede da Copa do Mundo, que o Paraná, sede da Copa do Mundo, deixaremos para todos um legado, uma infraestrutura que não temos hoje, mas que teremos com a vinda da Copa do Mundo. Porque recursos federais virão, recursos estaduais virão, recursos municipais serão colocados. A iniciativa privada estará fazendo a sua parte.

Olha minha gente, em todo esse contexto de Copa do Mundo, o que menos talvez pese é o detalhe do estádio, porque vamos ter três ou quatro jogos e vamos ter o que mais para falar de futebol? Quatro ou cinco partidas. Mas o que vamos ter em termos de turismo, em termos de investimento que ficarão para todos nós, e diga-se de passagem que o Estado do Paraná, a Prefeitura e o Governo Federal não precisarão colocar nenhum centavo na construção do estádio onde os jogos estarão acontecendo e que o Estado, enquanto Município, enquanto Estado, enquanto União, estarão investindo em obras que ficarão para toda a população paranaense e para todos aqueles que virão nos visitar.

Por isso, Presidente Nelson Justus, sou muito grato a V. Exa. e a todos os Deputados que estão empenhados nos ajudando na vinda da Copa do Mundo. Estava prevista para dia 20, agora, de março, a nossa presença em Zurique, na Suíça, para recebermos a notícia. Mas o comitê da FIFA decidiu transferir a decisão para o final do mês de maio, em Bahamas, onde estará acontecendo o Congresso da FIFA naquela Cidade, naquela ilha.

Esperamos que nesses próximos 60 dias que teremos, que não sejam 60 dias de angústia, de expectativa, de medo, mas que sejam esses 60 dias um espaço a mais que tenhamos para, em conjunto, trabalharmos de mangas arregaçadas vestindo a camisa do Brasil, vestindo a camisa do Estado do Paraná, vestindo a camisa da nossa querida Curitiba, para que sejamos sim, sede da Copa do Mundo e possamos nos orgulhar de termos realmente contribuído para a construção de um futuro melhor para a nossa Cidade e para o nosso Estado.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero dar o testemunho pessoal de todo esse processo, que não tenho dúvida nenhuma, vai levar ou vai trazer a Copa do Mundo para a nossa Cidade, mas posso afiançar as V. Exas., se não fosse o apoio, a maneira, a forma de liderança conciliadora do Governador Orlando Pessuti, não teríamos essa oportunidade que vamos assistir logo, em breve.

Portanto, quero aqui, Pessuti, render as minhas homenagens pessoais e de toda a Assembleia Legislativa. Quisera ter eu o poder aqui de falar em nome de todos os paranaenses. Só existe uma palavra para tudo isso: muito obrigado. Parabéns! Nós todos, juntos nessa torcida, realmente vamos estar dentro em breve assistindo algo que V. Exa., com muita humildade, mas com muita sabedoria, com muita competência, conseguiu fazer.

Muito obrigado em nome da Assembleia Legislativa e em nome de todo o Estado do Paraná.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Presidente Nelson Justus, o Deputado Duílio Genari, que é o Líder da nossa bancada, me honrou pedindo para transmitir ao Vice-Governador Orlando Pessuti, em nome dele, em meu nome, em nome da Cida Borghetti e do Deputado Ney Leprevost, os cumprimentos pela seriedade, pela garra, pelo otimismo que o Orlando Pessuti está trabalhando nesse projeto para Curitiba ser sede da Copa do Mundo. Não dá nem para calcular, caro Orlando Pessuti, os benefícios para Curitiba e para o Paraná. O benefício do hotel, do garçom, da camareira, do taxista, do lojista e até de empresários que vão vir para o Paraná e vão se encontrar com o nosso Estado e que, lá na frente, poderão trazer até investimentos para o nosso Estado. É nisso que temos que apostar também, porque vamos plantar com esse trabalho de V. Exa. uma grande base mundial para o Paraná.

Ainda que Curitiba seja uma das sedes e não tenha o privilégio de ter aqui a Seleção Brasileira, é bom lembrar, Orlando Pessuti, que a Copa do Mundo é dividida em chaves. Então, de repente, poderemos ter aqui uma Argentina, ou uma seleção da Itália, da Alemanha, da Inglaterra, da Espanha, ou até de uma grande seleção, ainda que não tenhamos esse privilégio aqui. Já ouvi esse comentário: “Ah, mas de repente vem aqui a seleção do Irã, da Coreia.” Não, mas toda chave tem grandes seleções no topo dela. Então para nós, Orlando Pessuti, vamos ganhar muito.

V. Exa., eu nunca vi um entusiasta tão grande para cumprir, com fidelidade e competência, uma missão que lhe foi dada como o grande Orlando Pessuti, que está sendo um grande vitorioso. Não tenho dúvida, estou muito otimista de que essa causa vai ser vitoriosa e vamos ver o nosso Paraná, a Cidade de Curitiba sendo sede de uma das chaves da Copa do Mundo.

Parabéns.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo, pela ordem, a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não quero ser repetitivo, mas quero fazer um testemunho pessoal ao nosso Vice-Governador Orlando Pessuti.

Chegou um determinado momento em que poucos acreditavam ser possível redirecionar os caminhos para trazer a Copa do Mundo à nossa Capital do Estado, Curitiba.

Existiam diversas divergências, disputas de quem era o responsável, até que se formou uma Comissão Pró-Copa do Mundo em Curitiba, capitaneada pelo nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. A partir desse momento, aparando as arestas, promovendo um

entendimento, perseverando e dedicando-se ao extremo com encontros na nossa Capital, em Brasília, com encontros em vários lugares do nosso País, aquele sonho que para muitos, inclusive para mim, parecia distante, está muito próximo de acontecer.

Eu, particularmente, não tenho mais dúvida que essa conquista o Estado do Paraná já obteve.

Quero aqui, mais uma vez, reforçando a vossa manifestação, Sr. Presidente, parabenizar o nosso Pessuti, pela sua dedicação e a toda sua comissão, que junto com ele foi responsável por essa conquista.

Entendo ser já uma conquista do Paraná, e não ficará só nesses benefícios turísticos que o nobre Deputado falou, do turista que vem, a camareira, o roupeiro, o restaurante, mas a infraestrutura urbana que será promovida. O aperfeiçoamento, a modernização dos equipamentos do aeroporto e tantos outros benefícios que virão, essas também serão grandes conquistas da nossa Capital e do nosso Estado. Orlando Pessuti, obrigado por essa conquista e por esse trabalho. Parabéns!

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria cumprimentar o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, e dizer da alegria de saber do empenho que tem feito o nosso Vice-Governador em promover a união entre as Cidades do Paraná, inclusive deixando em segundo plano a questão política, como o próprio Vice-Governador anunciou aqui, a questão que envolve a Prefeitura de Curitiba, o Prefeito Beto Richa, as questões políticas estão superadas, e estamos caminhando com um objetivo comum que é trazer uma sede da Copa do Mundo aqui para Curitiba.

Não temos dúvida nenhuma, nós que moramos em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, estamos nos preparando, discutindo com o Prefeito Wosgrau, também independente de questão política, estamos trabalhando no sentido de que o Estádio do Operário, de Ponta Grossa, um estádio muito antigo que precisa de reformas, possa ser adquirido pela Prefeitura para que ela possa fazer investimentos visando Ponta Grossa receber uma seleção que estiver aqui na sede de Curitiba.

Temos tudo aquilo que precisa, temos a possibilidade com Curitiba, temos em frente ao Estádio Germano Krüger um dos mais belos hotéis modernos construídos em Ponta Grossa, temos uma infraestrutura fantástica na Cidade. Desde já estamos nos organizando, estamos nos reunindo. Estamos procurando criar aquilo que precisa ser criado. Porque traz de uma partida e futebol, enquanto Prefeito, nós fizemos isso, um levantamento, mais de 300 pessoas trabalham num jogo de Operário, e quantos jovens vão querer participar das escolinhas baseados no esporte. O esporte muda a vida de um jovem. O esporte muda a questão da violência. É o maior investimento que se pode fazer, além de ser um investimento na saúde, porque toda vez que um jovem estiver praticando esporte, ele é um jovem sadio e custa barato para o Governo.

Queria cumprimentar o Pessuti, fico muito feliz de ver você trabalhando e dizer que Ponta Grossa está pronta para receber qualquer seleção que vier. Vamos viajar, se preciso, para isso. Como o Governador falou agora há pouco, Ponta Grossa é a Capital do Futebol do Paraná, poucas pessoas sabem disso. A primeira partida de futebol foi realizada em Ponta Grossa pelo ferroviários, no antigo cemitério de Ponta Grossa, no Cemitério São José. E para felicidade, foi uma das poucas vezes que Ponta Grossa venceu o Curitiba, naquele primeiro jogo. Depois, a coisa se complicou.

Enfim, parabéns, Pessuti. Ponta Grossa está aqui, vai lutar. Queremos participar. E cumprimentamos a todos que estão envolvidos neste processo, porque o futebol revoluciona a vida principalmente de jovens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o nosso Governador Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Só queria fazer um adendo, para que todos pudessem verificar o quão importante é, nós aqui na Assembleia, termos uma comissão lutando para isso. Quero primeiro dizer a vocês que já tínhamos planejado a reformulação deste comitê, inicialmente constituído de 17 entidades ou pessoas, instituições e entidades. Queremos elevar este número.

Semana passada, nosso assessor, que lá está, Wilson Portes, que é o Secretário Executivo da Copa, esteve em Foz do Iguaçu organizando o comitê de Foz do Iguaçu, para as questões ligadas à Copa do Mundo de 2014. Vamos mexer nisso, temos tempo. Os 60 dias que temos de prazo, até o final de maio, não devem ser para que fiquemos hibernando. Vem o inverno, mas não é para que fiquemos hibernando, e sim para que possamos trabalhar. Vamos reformular o comitê, vamos ver o que precisamos fazer.

Quando eu falo em locais que poderão ser estruturados, por exemplo o Estádio Couto Pereira, a Vila Olímpica do Paraná Clube, o Estádio J. Malucelli, o Xingu, o Triestre, tenho que falar por exemplo da Pedreira Paulo Leminski, do Parque Barigui e do Jardim Botânico, que foram indicados como os locais onde acontecerão aquilo que eles chamam de “fun fest”, onde haverá telões e o pessoal se reunirá, as pessoas se reunirão para assistir os jogos. Porque no estádio estarão 40 mil pessoas, apenas. Mas em Curitiba, certamente, 500, 600 mil pessoas estarão participando. E quando falamos em melhorias, em obras para lá e para cá, é bom dizer, Presidente Nelson Justus, que o Centro Cívico está incluído, porque aqui bem ao lado temos o Museu Oscar Niemayer, temos o Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha, que congrega os Três Poderes, mais a Prefeitura Municipal de Curitiba, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público. E bem aqui ao lado também o Bosque do Papa, o Bosque do Alemão, a Universidade Livre do Meio Ambiente.

Toda esta região, por conta da movimentação turística da nossa feira do Largo da Ordem, da nossa Boca Maldita, da nossa Universidade, do nosso Teatro Guaíra, quer dizer, por conta de todas estas coisas aqui estaremos também desenvolvendo uma série de melhorias nesta região do Centro Cívico, fazendo com que também esta região, possa sair ganhando com a vinda da Copa do Mundo para a Cidade de Curitiba, Paraná.

Era isto o que eu queria acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, por 15 minutos.

**OSR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, prezado Vice-Governador Orlando Pessuti, Sras. Deputadas.

Quero dizer que eu gostaria de falar sobre a Copa do Mundo agora, mas estou profundamente indignado com o processo de votação da PEC do Emprego, quando uma minoria de nove Deputados impôs uma derrota a 32 Deputados aqui nesta Casa, que numa demonstração de patriotismo - porque patriotismo é manter emprego - votaram a favor da PEC. Infelizmente, um Deputado da nossa bancada, o Deputado Edson Strapasson, na hora da votação se ausentou do Plenário. Lamento profundamente que seja alguém da Bancada do PMDB, mas se ausentou do Plenário na hora da votação e eu o tinha como um Deputado que votaria a favor da PEC do Emprego, até porque ele encaminhou a votação.

Quero dizer que quem venceu nesta tarde foram os grupos econômicos. Ainda há pouco recebi a notícia de que a Sadia está demitindo 250 empregados em Toledo. Esses empregados têm que vir aqui cobrar dos Srs. Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Scanavaca, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Plauto Miró, Reni Pereira e Valdir Rossoni. Eles se recusaram a que o Paraná pudesse ter um instrumento legal para poder ameaçar os grandes grupos econômicos, as montadoras de automóveis, os beneficiários do imposto que é deixado de ser recolhido para que eles possam gerar empregos.

Infelizmente, mais uma vez, os poderosos venceram neste Estado! E quero dizer, Sr. Presidente, quem são os derrotados: são os trabalhadores, são os hipossuficientes.

E quero registrar e agradecer os homens e mulheres que votaram a favor dos trabalhadores, como os Deputados Ademir Bier, Alexandre Curi, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Augustinho Zucchi, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Welter, Felipe Lucas, Fernando Carli Filho, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e o Waldyr Pugliesi.

Lamento Sr. Presidente, porque perderam os trabalhadores e perdeu a Assembleia Legislativa. O povo certamente irá cobrar esta Casa, porque a maioria dos 32 que estavam aqui presentes, lamentando os ausentes e o que se ausentou do Plenário, quero dizer, com a minha indignação, que sou uma pessoa que sempre tenho posição.

Quero aqui respeitar esses homens e mulheres que mantiveram a sua coerência em favor do emprego, mas tem algumas pessoas aqui que não venham mais me falar em defender o emprego. Não venham mais! Demagogia acabou, porque iríamos ter um instrumento legal, um princípio constitucional. Não venham mais com demagogia, e cada vez que vierem falar a favor de trabalhador, vou fazer aparte e vou desnudar, vou desnudar o Ademar Traiano, o Douglas Fabrício, o Durval Amaral, o Scanavaca, o Luiz Carlos Martins, o Marcelo Rangel, o Plauto Miró, o Reni Pereira e o Valdir Rossoni. Vou dizer que V. Exas. estão promovendo um dia que, na minha avaliação, é um dia muito triste para a Assembleia Legislativa e para o povo paranaense. E não me venham mais falar em proteção de emprego, porque são contra os trabalhadores. É a Direita organizada a favor dos grandes grupos econômicos. É a bancada dos poderosos. E, claro, Srs. Presidente, lamento profundamente, mas registro os 32 homens e mulheres que aqui manifestaram os seus votos. Nos faltou um voto. Fomos derrotados. Foram derrotados os trabalhadores paranaenses.

Infelizmente, mais uma vez, venceu o grande capital, venceram os grandes grupos econômicos.

### ***Explicações Pessoais:***

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Em explicações pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Rossoni, inscrito.

### ***Deputado Valdir Rossoni***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, toda vez que a pessoa fica nervosa começa a perder a razão. V. Exa. não preparou a sua PEC e nem soube a sua defesa. Estamos aqui com a solução de seu problema, temos aqui a PEC de autoria do Deputado Rangel, que essa sim protege o emprego, mas estabelece normas e protege a pequena, a microempresa e o agronegócio.

Restabelecida a verdade, quero dizer que não tenho nenhuma dificuldade de ser desnudado pelo Líder do Governo, sempre foi a posição do Deputado Romanelli quando ele sofre um revés nesta Casa, ele se agita, disse ainda essa semana para ele, se agita sobe na tribuna, sai fogo pelas ventas, porque ele tripudia os seus colegas Parlamentares. Temos o direito de discordar sim, por mais poderoso que seja o Líder do Governo. Então, quero dizer ao Deputado Romanelli, se ele está com o propósito de proteger o emprego, de proteger a micro empresa, de proteger a pequena empresa, ele vai mobilizar essa

grande bancada de apoio ao Governo; porque sabemos que somos minoria, Deputado Douglas, somos em 10 votos, não temos votos para aprovar a PEC do Deputado Rangel, mas certamente com esse espírito paranaense, esse espírito do Deputado Romanelli em defesa do emprego, aí com uma PEC inteligente como essa que V. Exa. apresenta, estabelecendo normas, estabelecendo regras, estabelecendo condições para que o Governo possa executá-la.

Eu disse do meu pronunciamento aqui que a PEC do Deputado Romanelli era inexecutável, porque era abrangente, como disse o Deputado Reni, ela não estabelecia normas. Amanhã, se desse, e de repente o Governador do Líder Romanelli levantasse e não olhasse para o passarinho com carinho, ele de repente poderia estabelecer como ele quisesse a PEC, e aí sim prejudicaria o emprego. Neste momento, os micro e pequenos empresários que estão me ouvindo, nós votamos favoráveis a vocês. O olhar do Deputado Romanelli foi olhar para a Renault, que para nós não interessa, o que interessa é o emprego. Uma pequena e média empresa pode passar por um momento de dificuldade. Se nós legisladores fizermos leis consistentes, exequível essa lei, estaremos protegendo o emprego. Porque uma dificuldade momentânea, pode daqui a dois meses a economia deste País começar a reagir, essa empresa pode começar a normalidade, e nós aqui com uma lei inteligente, uma lei bem feita, uma PEC com normas para que o Governo cumpra, porque hoje é este Governo, amanhã é outro Governo, e nós, se votássemos aqui a PEC do Deputado Romanelli, certamente estaríamos dando uma demonstração de incompetência, de quem não quer legislar, de quem quer apenas, como eu disse aqui, fazer de conta que está querendo torcer e está querendo proteger o emprego.

Sei que minhas palavras não são agradáveis, mas o Deputado Romanelli tem que aprender que o Poder faz mal às pessoas.

O Deputado Alexandre Curi, chegou para o Deputado Romanelli e disse: “Vamos retirar a PEC, vamos estabelecer uma forma para votarmos a PEC.” O que os Deputados Marcelo Rangel, Douglas Fabrício, Reni Pereira, Valdir Rossoni e os demais Deputados queriam? Que aprovássemos aqui uma PEC, mas que estabelecêssemos critérios para não prejudicar as micro e pequenas empresas. Por isso votamos contra.

O Deputado Luiz Claudio Romanelli desnuda esses Parlamentares, mas aprenda que a humildade para o homem público faz com que ele tenha grandes vitórias. E V. Exa. tem sido um grande Líder do Governo, mas em determinados momentos, peca pela petulância, peca pela arrogância e peca, principalmente, pela agressão a estes Pares que têm o direito legítimo e consagrado nas urnas de legislar e de divergir de V. Exa.

Desculpe-me, Todo-Poderoso Romanelli, mas nunca teremos medo de debater com V. Exa. Nunca teremos medo do seu poder. Sempre estaremos aqui vigilantes,

como sempre estivemos, em nome do Paraná. Pequenos, em 12 Deputados, sofrido fazer a oposição, mas vale a pena. Vale a pena fazer oposição quando você vê um grande homem público irritado, derrotado, para que aprenda que a lei tem que ser feita por todos nós. Foi dessa forma que foi dada a demonstração da Liderança da Oposição, que hoje não está presente o Deputado Elio Rusch, e desses valorosos companheiros que hoje mostraram ao Deputado Romanelli que diálogo faz muito bem, porque poderíamos ter aperfeiçoado a sua PEC, aprovarmos a sua PEC e estaremos aqui trabalhando em favor, sim, dos paranaenses e não a favor do faz de conta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e me desculpe ter ocupado esse horário avançado, mas tenha certeza que isso vai render muitos frutos. Volte o que é de costume do Deputado Luiz Claudio Romanelli, ele é sempre um homem humilde, muito competente. Tenho certeza que amanhã V. Exa. voltará para esta Casa com a humildade costumeira e aí vamos colaborar com V. Exa. em favor do Paraná e não a favor da arrogância.

Muito obrigado.

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às 10h, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/07.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 458/07 e 049/08.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

### ***Indicações Legislativas***

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 854

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo.



Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Caio Mário Moreira, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 650 alunos, no ensino fundamental e médio distribuídos nos três turnos. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 855

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Izolda R. Liuti, no município de Indianópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva do Colégio Estadual Izolda R. Liuti, no município de Indianópolis.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Este colégio possui 212 alunos, no ensino médio, distribuídos nos turnos da manhã e da noite. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 858

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Cuaraitava, no município de Tuneiras do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Exmo.

Governador do Estado e à Secretaria da Educação, que determinem a construção da cobertura da quadra poliesportiva da Escola Estadual Cuaraitava, no município de Tuneiras do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência à Exma. Sra. Claudete de Fátima Jacomini, do Núcleo Regional de Educação - Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Esta escola possui 39 alunos, no ensino fundamental. Portanto, a cobertura da quadra poliesportiva trará inúmeros benefícios a estes alunos.

#### INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 859

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santa Isabel do Ivaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santa Isabel do Ivaí de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Isabel do Ivaí tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Ocorre que, recentemente, o município destinou um terreno ao lado do posto de saúde para a construção de Clínica de Saúde da Mulher e da Criança, obra que é parte de programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Por essa razão, Santa Isabel do Ivaí tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento nesse programa estadual, de modo a que nesse município possa ser construída Clínica de Saúde da Mulher e da Criança e, assim poder atender uma demanda crescente de pessoas de Santa Isabel do Ivaí e entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços dessa cidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 860  
Autoria do Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Propõe a execução de obras de melhoria na pavimentação asfáltica do trecho de Loanda ao trevo de Nova Londrina/Paranavaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de melhoria na pavimentação asfáltica do trecho de Loanda ao Trevo de Nova Londrina/Paranavaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Justamente por ter Loanda como uma das minhas principais cidades-base e para onde viajo com frequência para atender compromissos políticos e familiares, sou constantemente cobrado quanto ao estado de conservação do trecho de pouco menos de 20 quilômetros entre aquela cidade e o trevo de Nova Londrina-Paranavaí.

Dai a minha insistência junto ao Governo do Estado, através do nosso Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes, quanto à necessidade da execução de obras de melhoria na pavimentação do percurso em tela.

Quero ressaltar a importância da qual rodovia eis que a mesma atua como uma espécie de artéria principal de tráfego de passageiros e de cargas para atingir as cidades polarizadas por Loanda, tais como São Pedro do Paraná, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica e Planaltina do Paraná.

Além disso, é importante verificar como justificativa dessa indicação, a intensidade do trânsito de veículos que buscam os portos São José e Caiuá, para adentrarem o estado do Mato Grosso do Sul ou vice-versa.

Recentemente o DER realizou ali, um trabalho de recapeamento, mas a superficialidade do recapeamento já está comprometida justamente pelo volume do tráfego ali registrado, ensejando, portanto, a urgente realização de novas obras e que atendam, efetivamente, as justas queixas dos usuários.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 861  
Autoria do Deputado Luiz Accorsi

SÚMULA:

Requer estudos e providências para a construção de ciclovia às margens da rodovia PR-182 que liga Loanda a Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Luz Accorsi no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, REQUER, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, estudos e providências para a construção de ciclovia às margens da rodovia PR-182 que liga Loanda a Santa Isabel do Ivaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se esta melhoria no trecho acima citado, numa distância de apenas nove quilômetros, em vista da enorme demanda de usuários de bicicletas que transitam entre as duas cidades, levados pelas necessidades de trabalho - empregos nas diversas indústrias de torneiras e registros.

O atendimento ao pleito em questão, resultará na prevenção de acidentes automobilísticos oferecendo segurança aos ciclistas, dentre outros benefícios.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 862  
Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola-modelo em Querência do Norte.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola-modelo no município de Querência do Norte, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O município de Querência do Norte está entre os municípios paranaenses com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Cumpre, pois, o requisito essencial para poder ser contemplada com a construção dessas escolas de excelência que o Governador Requião determinou.

Carente de toda a sorte de recursos, essa cidade terá na construção dessa escola-modelo o alicerce fundamental para alavancar o desenvolvimento social e político de seus habitantes. Com efeito, sabe-se que a construção desse verdadeiro centro de educação para cidadania gerará círculo virtuoso que certamente será decisivo para reverter o baixo IDH de Querência do Norte.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída escola-modelo no município de Querência do Norte, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 863

Autoria do Deputado Teruo Kato

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola-modelo em Paranavaí.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola-modelo no município de Paranavaí, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

O município de Paranavaí está entre os municípios paranaenses que, se não está entre aqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), situa-se em região na qual estão alguns dos municípios com menos IDH. Cumpre, pois, o requisito essencial para poder ser contemplada com a construção dessas escolas de excelência que o Governador Requião determinou.

Com efeito, por ser cidade-pólo, que atrai, a cada dia, moradores de baixa-renda, Paranavaí terá na construção dessa escola-modelo o alicerce para alavancar o desenvolvimento social e político seja de seus habitantes, seja dos moradores da região no seu entorno. Demais, é sabido que a construção desse verdadeiro centro de educação para cidadania gerará círculo virtuoso que certamente será decisivo para reverter o baixo IDH de Paranavaí.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída escola-modelo no município de Paranavaí, solicitação que, se atendida, constituirá verdadeira medida de justiça social.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 864

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

## SÚMULA:

Propõe realização de duplicação da rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel no contorno leste.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A realização de duplicação da rodovia PR-415, João Leopoldo Jacomel no contorno leste, no trecho que compromete a divisa de Pinhais ao centro de Piraquara.

2 - A solicitação justifica-se pelo número excessivo de veículos em virtude do contorno leste e o grande crescimento do município. Isso fez com que a rodovia se transformasse em via perigosa e de constantes acidentes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 865

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

## SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Agricultura, a disponibilização de um técnico agrícola para atuar junto à unidade da EMATER no distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretaria da Agricultura, a disponibilização de um Técnico Agrícola para atuar junto à unidade da EMATER no distrito de São Lourenço, município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Messias dos Santos, da Câmara Municipal de Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

Como o distrito de São Lourenço teve considerável crescimento na última década, inclusive com a expansão de empresas agroindustriais, premente se faz a necessidade da EMATER lotar um profissional especializado para a elaboração de projetos que venham implementar o setor agrícola, visando preencher a vaga do técnico que anteriormente exercia a função naquela localidade.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 866

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

## SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e a Paraná Esporte, a construção de um Centro de Excelência de Atletismo, no município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Paraná Esporte, a construção de um Centro de Excelência de Atletismo, no município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Deolindo Antônio Novo, da Câmara Municipal de Cianorte, Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Cianorte é sede da Região Administrativa do Médio Noroeste do Paraná (AMENORTE), congregando 11 municípios, estando lá instalado um escritório regional da Paraná Esporte, o que, consideramos, o faz merecedor de um centro de excelência na área de Esporte, a exemplo do que existe na cidade de Paranavaí, Umuarama e Astorga, que possuem centros de excelência de handebol e basquetebol.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 867**

Autoria do Deputado Jocelito Canto

**SÚMULA:**

Propõe a instalação de Defensorias Públicas nos Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Instalação de Defensorias Públicas Estaduais nos municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal garante: “O estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Ainda, o artigo 134, *caput*, da mesma Carta Magna, define a Defensoria Pública como “essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados(...)”.

Entretanto, excetuando a capital do estado, na prática tal assistência jurídica no Paraná acaba sendo prestada pelos núcleos de assistência jurídica das faculdades de Direito. Não minimizando a importância de tal prática, principalmente em face do grande número de cidadãos necessitados de assistência gratuita, percebe-se uma enorme lacuna deixada pelo estado, que acaba por provocar o crescente descrédito da população quanto à proteção e à garantia de seus direitos.

Assim sendo, é de urgência inquestionável que tal omissão seja sanada, proporcionando a necessária assistência jurídica gratuita, que acabará por facilitar o exercício dos direitos, elevando a consciência da cidadania e melhorando a qualidade de vida às populações carentes. Para tanto, solicitamos o apoio dos Srs. Deputados, aprovando a presente indicação, que esperamos seja acatada pelo Poder Executivo.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 868**

Autoria do Deputado Nereu Moura

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião a elaboração de um decreto de isenção de ICMS sobre a energia elétrica utilizada pelos piscicultores em todo o estado do Paraná.

Senhor Governador:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião a elaboração de um decreto de isenção de ICMS sobre a energia elétrica utilizada pelos piscicultores em todo o estado do Paraná, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

Segundo informações da Associação dos Piscicultores de Nova Aurora, em meados do ano de 2006, a COPEL começou a cobrar ICMS na fatura da energia elétrica, incidindo nas propriedades rurais que tinham predominantemente o consumo na atividade piscícola.

A cobrança de ICMS sobre energia rural só ocorreu na piscicultura, não acontecendo com outras atividades como avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, que reconhecemos, são cadeias produtivas bem organizadas, consolidadas e que recebem apoio estatal. Diferente da cadeia produtiva da piscicultura, que se encontra em formação, buscando espaço para sobreviver entre tantos obstáculos.

A COPEL quando questionada a respeito de tal cobrança se limitou a informar que fato ocorreu por determinação da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, não cabendo àquela estatal outro procedimento, que não de acatar a orientação.

Não bastasse toda a adversidade, em janeiro de 2007, os piscicultores da região oeste, receberam um ofício da COPEL, onde foi informado que atendendo determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, iria efetuar a reclassificação das unidades consumidoras onde a utilização de energia elétrica fosse predominantemente para a atividade de piscicultura, e desde março deste ano, além de pagar a energia com incidência de ICMS, os piscicultores passaram a pagar com a classificação de urbano comercial, incluindo até taxa de iluminação pública, ou seja, um total absurdo!

Essa medida culminou uma majoração da energia em aproximadamente 100% que somados aos 27% de ICMS elevou o custo a partir de 2006 em mais de 140%, pois a incidência do ICMS passou a ser calculado sobre o valor majorado decorrente da classificação como comercial.

Os piscicultores já tentaram reverter essa situação, mas até esta data não obtiveram o resultado esperado, pois sempre esbarraram no famoso quadro de empurra-empurra de responsabilidades.

A piscicultura é tratada como algo comercial, assim sendo possível pela SEFA e pela ANEEL.

A SEFA entende a atividade como comercial, assim sendo passível de cobrança de ICMS, diferentemente de outras atividades rurais supracitadas, já que sobre estas não incide ICMS na fatura de energia.

A ANEEL, por fazer uma interpretação etimológica da palavra Agropecuária (Agro - agricultura; Pecuária - criação de animais de 04 (quatro) patas, não considera a piscicultura como uma atividade rural.

Ora, com base nesse entendimento absurdo, é de se supor que a avicultura, por exemplo, também só têm dois pés.

A falta de conhecimento prático de determinados órgãos está dificultando ou até mesmo inviabilizando o crescimento e consolidação dessa atividade promissora.

Isso sem mencionar que a piscicultura é desenvolvida em sua maioria absoluta por agricultores familiares que nela encontram uma forma de diversificar a produção, manter suas famílias no campo e de melhorar consequentemente a sua qualidade de vida com reflexos positivos em toda a sociedade e ao estado do Paraná.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente indicação.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 869**  
Autoria do Deputado Nereu Moura

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Planaltina do Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Planaltina do Paraná de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Planaltina do Paraná tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Planaltina do Paraná tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Planaltina do Paraná possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 870**  
Autoria do Deputado Teruo Kato

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Porto Rico.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Porto Rico de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Porto Rico tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Porto Rico tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Porto Rico possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 871**  
Autoria do Deputado Teruo Kato

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar a instalação do Bombeiro Comunitário no município de Paranaity.

Sr. Governador, Sr. Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário-Chefe da Casa Militar do Paraná que determinem a instalação do Bombeiro Comunitário em Paranaity, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto Bombeiro Comunitário (PBC), criado pelo Decreto nº 6072/06, estabeleceu pré-requisitos para os municípios com mais de 15 mil habitantes que a ele quisessem aderir. A cidade de Paranacity atende a todas essas exigências e está pronta para tomar demais providências que se fizerem necessárias para poder participar dessa louvável iniciativa do Poder Executivo Estadual.

Destaca-se, ademais, que esse município é cidade-pólo, que agrega em seu entorno municípios menores, os quais poderão usufruir da estrutura do PBC que vier instalado em Paranacity. Vale sublinhar, ainda, que o crescimento do município de Paranacity, seja do ponto de vista industrial ou populacional, já justifica que essa cidade esteja guarnecida por um Posto do Corpo de Bombeiros, de modo a proporcionar maior segurança e qualidade de vida para os seus munícipes.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 872**

Autoria do Deputado Teruo Kato

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e a Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Maristela, no município de Alto Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção da quadra coberta na Escola Estadual Maristela, no município de Alto Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Alto Paraná, além de ser área carente de recursos de toda sorte, tem na Escola Estadual Maristela referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governador do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Maristela.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 873**

Autoria do Deputado Teruo Kato

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ivaitinga, no município de Nova Esperança.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta na Escola Estadual Ivaitinga, no município de Nova Esperança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Nova Esperança tem na Escola Estadual Ivaitinga referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta na Escola Estadual Ivaitinga.

**INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 874**

Autoria do Deputado Teruo Kato

**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Padre Anchieta, no município de São Pedro do Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação que determinem a construção de quadra coberta no Colégio Estadual Padre José de Anchieta, no município de São Pedro do Paraná, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

O município de São Pedro do Paraná tem no Colégio Estadual Padre José de Anchieta referência não só para os estudantes, mas, principalmente, de toda a comunidade, por ser centro que agrega todas as faixas etárias dessa localidade.

Desnecessário, pois, descrever os benefícios que trarão a construção de uma quadra poliesportiva coberta nessa escola.

Em face disso, certos de poder contar com o apoio do Governo do Estado do Paraná, solicita-se o auxílio da Secretaria da Educação, a fim de que seja, afinal, construída a tão sonhada quadra coberta no colégio Estadual Padre José de Anchieta.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 875

Autoria do Deputado Teruo Kato

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de São Pedro do Paraná.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de São Pedro do Paraná de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

O município de São Pedro do Paraná tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, São Pedro do Paraná tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de São Pedro do Paraná possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 876

Autoria do Deputado Teruo Kato

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de São João do Caiuá.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de São João do Caiuá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

O município de São João do Caiuá tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, São João do Caiuá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de São João do Caiuá possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 877

Autoria do Deputado Teruo Kato

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santo Antônio do Caiuá.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santo Antônio do Caiuá de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

## JUSTIFICATIVA:

O município de Santo Antônio do Caiuá tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Santo Antônio do Caiuá tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Santo Antônio do Caiuá possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 878  
Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Santa Cruz do Monte Castelo.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Santa Cruz do Monte Castelo de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O município de Santa Cruz do Monte Castelo tem tido atuação destacada na área da Saúde, esfera da Administração Pública que tem recebido tratamento prioritário do atual Governo Municipal.

Por essa razão, Santa Cruz do Monte Castelo tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria de Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a Prefeitura de Santa Cruz do Monte Castelo possa atender a crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde daquela localidade.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 879  
Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Transportes a recuperação de rodovias que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Transportes:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes a recuperação e pavimentação asfáltica do trecho da rodovia PR-561, que liga o município de Paranavaí ao município de Nova Aliança do Ivaí.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21/10/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é via por onde transitam ônibus escolares e por meio das quais se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação desse trecho terá para essa região. Com efeito, recuperada, essa via gerará ganhos não só de produção - porquanto é sabido que a má conservação das vias é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões - mas também implicará em mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dessas regiões.